



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Seção II

ANO XXVII — Nº 111

TERÇA-FEIRA, 17 DE OUTUBRO DE 1972

BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO DA ATA DA 125.^a SESSÃO, EM 16 DE OUTUBRO DE 1972

1 — ABERTURA

2 — EXPEDIENTE

2.1 — Mensagens do Sr. Presidente da República

— N.º 195/72 (n.º 305/72, na origem), pela qual o Sr. Presidente da República submete ao Senado Federal a proposta do Senhor Ministro de Estado da Fazenda para que seja prorrogado, por mais dois anos, o prazo de vigência da Resolução n.º 58, de 23 de outubro de 1968, e excluída da proibição contida no artigo 4.º da Resolução n.º 92, de 27 de novembro de 1970, as operações de créditos destinadas à execução de obras de saneamento básico pelos Estados e Municípios, a projetos de urbanização de conjuntos habitacionais de baixa renda e a investimentos específicos financiados com recursos do Plano de Integração Social (PIS) e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), subordinado, entretanto, os financiamentos das instituições financeiras às normas do Conselho Monetário Internacional.

— Restituindo autógrafos de projetos de lei sancionados:

N.º 192/72 (n.º 295/72, na origem), referente ao Projeto de Lei Complementar n.º 8/72-CN, que autoriza a instituição de empréstimo compulsório em favor das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. — ELETROBRAS, e dá outras providências (Projeto que se transformou na Lei Complementar n.º 13, de 11-10-72).

N.º 193/72 (n.º 296/72, na origem), referente ao Projeto de Lei da Câmara n.º 36/72 (n.º 826/72, na Casa de origem), que dispõe sobre transformação de cargos em comissão e funções gratificadas no Quadro de Pessoal da Secretaria da Câmara dos Deputados e dá outras providências (Projeto que se transformou na Lei n.º 5.810, de 11-10-72).

N.º 194/72 (n.º 297/72, na origem), referente ao Projeto de Lei da Câmara n.º 40/72 (n.º 861/72, na Casa de origem), que dispõe sobre o regime de trabalho dos empregados nas atividades de exploração, perfuração, produção e refinação de petróleo, industrialização do xisto, indústria petroquímica e transporte de petróleo e seus derivados por meio de dutos (Projeto que se transformou na Lei n.º 5.811, de 11-10-72).

2.2 — Aviso do Sr. Ministro dos Transportes

N.º 254/GM/GB, comunicando a entrega ao trânsito público do trecho Estreito—Itaituba, da Rodovia Transamazônica, no dia 27 de setembro de 1972, na cidade de Altamira, Estado do Pará.

2.3 — Ofício do Sr. 1.º-Secretário da Câmara dos Deputados

N.º 280/72, comunicando a sanção e encaminhando autógrafo do Projeto de Lei da Câmara n.º 44/71 (n.º 125/67, na origem), que dá nova redação ao art. 6.º do Decreto-lei n.º 161, de 13 de fevereiro de 1967, que autorizou o Poder Executivo a instituir a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, e dá outras providências (Projeto que se transformou na Lei n.º 5.804, de 3-10-72).

2.4 — Comunicações da Presidência

— Arquivamento do Projeto de Lei do Senado n.º 42/68, que regula o processo de carga e descarga do café, mediante convênio, e dá outras providências.

— Recebimento da complementação dos documentos necessários para tramitação do Ofício n.º S/33/72 (n.º 1.524/72, na origem), do Sr. Governador do Estado de Santa Catarina, solicitando autorização do Senado Federal para contrair empréstimo externo objetivando a importação de dois conjuntos radiológicos destinados ao Hospital Celso Ramos, daquele Estado.

— Sobre a Mensagem n.º 195/72, lida no expediente.

— Convocação de sessão conjunta do Congresso Nacional a realizar-se, hoje, às 19 horas, destinada à leitura da Mensagem Presidencial n.º 58/72—CN.

2.5 — Discursos do Expediente

Senadores Adalberto Sena, Wilson Gonçalves e Ruy Santos — Dia do Professor.

Senador Carlos Lindenberg, na Presidência — Fala associativa.

Senador Antônio Fernandes — Ultimação dos trabalhos de construção da BR-242, nos trechos compreendidos nos Estados de Goiás e Bahia. Necessidade da conjugação de esforços dos governos estaduais e federais pa-

EXPEDIENTE

SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

EVANDRO MENDES VIANNA
Diretor-Geral do Senado Federal

ARNALDO GOMES
Superintendente

PAULO AURÉLIO QUINTELLA
Chefe da Divisão Administrativa

ÉLIO BUANI
Chefe da Divisão Industrial

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
Seção II

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre	Cr\$ 20,00
Ano	Cr\$ 40,00

Via Aérea:

Semestre	Cr\$ 40,00
Ano	Cr\$ 80,00

(O preço do exemplar atrasado será acrescido de Cr\$ 0,02)

Tiragem: 15.000 exemplares

ra utilização mais efetiva da rede de transportes, com vistas a maior integração de regiões comuns.

Senador Lourival Baptista — XIII Jogos Abertos de Santa Catarina, em realização na cidade de Itajaí.

3 — ORDEM DO DIA

Requerimento n.º 131, de 1972, de autoria do Sr. Senador Benjamin Farah, solicitando a constituição de uma comissão de 3 membros para representar o Senado no 1.º Congresso Nacional dos Servidores Cíveis do Brasil, a realizar-se em São Paulo, de 22 a 28 de outubro. **Votação adiada** por falta de número.

Parecer n.º 354, de 1972, da Comissão de Finanças, sobre as Contas da Rede Ferroviária Federal S/A, relativas ao exercício de 1958, encaminhadas ao Senado pelo Projeto de Decreto Legislativo n.º 41, de 1971 (n.º 35-A/71, na Câmara dos Deputados). **Discussão encerrada**, sendo adiada a votação por falta de **quorum**.

Parecer n.º 356, de 1972, da Comissão de Finanças, sobre as Contas da Rede Ferroviária Federal S/A, rela-

tivas ao exercício de 1957, encaminhadas ao Senado pelo Projeto de Decreto Legislativo n.º 42, de 1971 (n.º 34-A/71, na Câmara dos Deputados). **Discussão encerrada**, sendo adiada a votação por falta de número.

Projeto de Decreto Legislativo n.º 41, de 1972 (n.º 35-A/71, na Câmara dos Deputados), que aprova as contas da Rede Ferroviária Federal S/A., relativas ao exercício de 1958. **Declarado prejudicado**.

Projeto de Decreto Legislativo n.º 42, de 1972 (n.º 34-A/71, na Câmara dos Deputados), que aprova as contas da Rede Ferroviária Federal S/A., relativas ao exercício de 1957. **Declarado prejudicado**.

4 — Designação da Ordem do Dia da próxima sessão. Encerramento.

5 — Ato do Sr. Diretor-Geral.

Edital de convocação de funcionários sobre faltas não justificadas.

6 — Ata das Comissões.

ATA DA 125.ª SESSÃO

EM 16 DE OUTUBRO DE 1972

2.ª Sessão Legislativa Ordinária da 7.ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DOS SRS. PETRÔNIO PORTELLA E CARLOS LINDENBERG

As 14 horas e 30 minutos, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena — Geraldo Mesquita — Cattete Pinheiro — Renato Franco — Alexandre Costa — Clodomir Milet — Petrólio Portella — Wilson Gonçalves — Ruy Carneiro — Leandro Maciel — Lourival Baptista — Antônio Fernandes — Ruy Santos — Carlos Lindenberg — Eurico Rezende — Paulo Tôrres — Danton Jobim — Emival Calado — Osires Teixeira — Fernando Corrêa — Filinto Müller — Saldanha Derzi — Ney

Braga — Antônio Carlos — Tarso Dutra.

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — A lista de presença acusa o comparecimento de 25 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

O Sr. 1.º-Secretário procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

MENSAGEM

DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Nos seguintes termos:

MENSAGEM

n.º 195, de 1972

(N.º 305/72, na origem)

Excelentíssimos Senhores membros do Senado Federal:

Nos termos do artigo 42, item VI, da Constituição, tenho a honra de

submeter à elevada deliberação de Vossas Excelências a proposta do Senhor Ministro de Estado da Fazenda, constante da inclusa Exposição de Motivos, para que seja prorrogado, por mais dois anos, o prazo de vigência da Resolução n.º 58, de 23 de outubro de 1968, e excluída a proibição contida no artigo 4.º da Resolução n.º 92, de 27 de novembro de 1970, as operações de créditos destinadas à execução de obras de saneamento básico pelos Estados e Municípios, a projetos de urbanização de conjuntos habitacionais de baixa renda e a investimentos específicos financiados com recursos do Plano de Integração Social (PIS) e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), subordinando, entretanto, os financiamentos das instituições financeiras às normas do Conselho Monetário Internacional.

Brasília, em 13 de outubro de 1972.
— **Emílio G. Médici**.

E.M. N.º 417

Em 11 de outubro de 1972

Excelentíssimo Senhor Presidente da República

Tenho a honra de submeter à elevada apreciação de Vossa Excelência o anexo anteprojeto de Resolução que prorroga, pelo prazo de dois anos, a vigência da Resolução n.º 58, de 1968, e exclui da proibição contida no artigo 4.º da Resolução n.º 92, de 27-11-70, a execução de obras de saneamento básico pelos Estados e Municípios, os projetos de urbanização de conjuntos habitacionais de baixa renda e os investimentos específicos financiados com recursos do Plano de Integração Social — PIS e do Programa de Formação do Servidor Público — PASEP, subordinando, no entanto, os respectivos financiamentos das instituições financeiras às normas do Conselho Monetário Nacional.

2. Estabelece o artigo 42, item VI, da Constituição da República Federativa do Brasil a competência privativa do Senado Federal, para fixar, por proposta de Vossa Excelência e mediante resolução, limites globais para o montante da dívida consolidada dos Estados e dos Municípios, estabelecer e alterar limites de prazo, mínimo e máximo, taxas de juros e demais condições das obrigações por eles emitidas e proibir ou limitar temporariamente a emissão e o lançamento de quaisquer obrigações dessas entidades.

3. Consoante a política econômica-financeira traçada pelo Governo da Revolução, em 1968 foi enviada proposta ao Senado Federal, proibindo aos Estados e Municípios, pelo prazo de 2 (dois) anos, de realizarem operações de crédito, exceto as destinadas à antecipação da receita autorizadas no Orçamento anual. Foi expedida, em consequência, a Resolução n.º 58, de 23-10-68, do Senado Federal, prorrogada pelo prazo de 2 (dois) anos pela Resolução n.º 79, de 21-10-70.

4. Ênfase especial tem sido dada no sentido de se alcançar expressiva redução nos índices de inflação nos próximos anos. Por essa razão, em discurso pronunciado em 31 de março deste ano, Vossa Excelência recomendou aos Estados e Municípios a manutenção de equilíbrio nos respectivos Orçamentos, sem forçarem os sistemas financeiros com pedidos de financiamento para cobrir deficiências de receita.

5. Visto a Resolução n.º 79, de 1970, do Senado Federal, ter o seu prazo de vigência até o próximo dia 28 de outubro, submetemos à elevada consideração de Vossa Excelência anteprojeto de Resolução prorrogando, pelo prazo de mais 2 anos, a vigência da Resolução n.º 58 daquele órgão legislativo.

6. O artigo 2.º do anteprojeto de Resolução exclui da proibição contida no artigo 4.º da Resolução n.º 92, de 27-11-70, que complementou a Resolução n.º 58, de 23-10-68, a execução de obras de saneamento básico pelos Estados e Municípios, os projetos de urbanização de conjuntos habitacionais de baixa renda, e os investimentos específicos financiados com recursos do Plano de Integração Social — PIS, e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público — PASEP, subordinando, no entanto, os respectivos financiamentos das instituições financeiras às normas do Conselho Monetário Nacional.

7. A diretriz ora proposta é de grande repercussão econômico-social. A magnitude dos recursos programados pelo Banco Nacional da Habitação, para dotar as cidades brasileiras de moderno sistema de água e esgotos, e para executar projetos de construções de habitações, justifica-se por serem as obras de urbanização de importância fundamental para a população de baixa renda.

8. De acordo com as normas do Conselho Monetário Nacional, os recursos do Plano de Integração Social — PIS, e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público — PASEP, poderão também ser canalizados para os Estados e Municípios, dentro das respectivas capacidades de amortização a longo prazo. As leis complementares n.ºs 7 e 8, que instituíram aqueles programas, têm, também, elevado teor econômico-social, e seus objetivos poderão ser melhor alcançados através dos referidos financiamentos.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos do meu mais profundo respeito. — Antônio Delfim Netto, Ministro da Fazenda.

MENSAGENS

DO SR. PRESIDENTE
DA REPÚBLICA

Restituindo autógrafos de Projetos de Lei sancionados:

— N.º 192/72 (n.º 295/72, na origem), de 11 do corrente, referente ao Projeto de Lei Complementar n.º 8, de 1972 (CN), que autoriza a instituição de empréstimo compulsório em favor das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. — ELETROBRAS —, e dá outras providências (Projeto que se transformou na Lei Complementar n.º 13, de 11 de outubro de 1972);

— N.º 193/72 (n.º 296/72, na origem), de 11 do corrente, referente ao Projeto de Lei da Câmara n.º 36, de 1972 (n.º 826/72, na Casa de origem), que dispõe sobre transformação de cargos

em comissão e funções gratificadas no Quadro de Pessoal da Secretaria da Câmara dos Deputados, e dá outras providências (Projeto que se transformou na Lei n.º 5.810, de 11-10-72) e

— N.º 194/72 (n.º 297/72, na origem), de 11 do corrente, referente ao Projeto de Lei da Câmara n.º 40, de 1972 (n.º 861/72, na Casa de origem), que dispõe sobre o regime de trabalho dos empregados nas atividades de exploração, perfuração, produção e refinação de petróleo, industrialização do xisto, indústria petroquímica e transporte de petróleo e seus derivados por meio de dutos (Projeto que se transformou na Lei n.º 5.811, de 11-10-72).

AVISO

DO SR. MINISTRO DOS
TRANSPORTES

— N.º 254/72/CM/GB, de 9-10-72, comunicando a entrega ao trânsito público do trecho Estreito-Itaituba, da Rodovia Transamazônica, no dia 27 de setembro de 1972, na cidade de Altamira, Estado do Pará.

OFÍCIO

DO SR. PRIMEIRO-SECRETARIO DA
CÂMARA DOS DEPUTADOS

— N.º 280, de 13 do corrente, comunicando a sanção e encaminhando autógrafo do Projeto de Lei da Câmara n.º 44/71 (n.º 125 de 1967, na casa de origem), que dá nova redação ao art. 6.º do Decreto-lei n.º 161, de 13 de fevereiro de 1967, que autorizou o Poder Executivo a instituir a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, e dá outras providências (Projeto que se transformou na Lei n.º 5.804, de 3 de outubro de 1972).

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Os expedientes que acabam de ser lidos serão publicados.

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Comunico ao Plenário que esta Presidência, nos termos do artigo 279 do Regimento Interno, determinou o arquivamento do Projeto de Lei do Senado n.º 42, de 1968, de autoria do Sr. Senador Lino de Mattos, que regula o processo de carga e descarga do café, mediante convênio, e dá outras providências, considerado rejeitado em virtude de ter recebido parecer contrário, quanto ao mérito, da Comissão a que foi distribuído.

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — A Presidência recebeu, na sessão de 14 de setembro do corrente ano, do Governador do Estado de Santa Catarina, o Ofício n.º S/33, de 1972, solicitando a autorização do Se-

nado para contratar operação de financiamento externo objetivando a importação de dois conjuntos radio-lógicos destinados ao Hospital Celso Ramos, daquele Estado.

A matéria ficou aguardando, na Secretaria-Geral da Presidência, a complementação dos documentos necessários.

Tendo a Presidência recebido aqueles documentos, a matéria será despachada às Comissões de Finanças e de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — No expediente lido, figura a Mensagem n.º 195, de 1972 (número 305/72, na origem), pela qual o Sr. Presidente da República submete ao Senado Federal a proposta do Senhor Ministro de Estado da Fazenda para que seja prorrogado, por mais dois anos, o prazo de vigência da Resolução n.º 58, de 23 de outubro de 1968, e excluída da proibição contida no artigo 4.º da Resolução n.º 92, de 27 de novembro de 1970, as operações de crédito destinadas à execução de obras de saneamento básico pelos Estados e Municípios, a projetos de urbanização de conjuntos habitacionais de baixa renda e a investimentos específicos financiados com recursos do Plano de Integração Social (PIS) e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), subordinando, entretanto, os financiamentos das instituições financeiras às normas do Conselho Monetário Internacional.

A matéria será despachada às Comissões de Economia e de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — O Senhor Presidente da República encaminhou à deliberação do Congresso Nacional, através da Mensagem n.º 58, de 1972 CN, o texto do Decreto-lei n.º 1.239, de 1972.

Para leitura da Mensagem e demais providências iniciais de sua tramitação, convoco sessão conjunta do Congresso Nacional a realizar-se hoje, segunda-feira, às 19 horas, no plenário da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — O tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente, da sessão de hoje, dedica-se, na conformidade de requerimento aprovado por esta Casa, às comemorações do "Dia do Professor".

Concedo a palavra ao nobre Senador Adalberto SENA, que falará em nome do MDB.

O SR. ADALBERTO SENA (Em nome do MDB, Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, tornou-se usual a fixação de datas especiais, seja para o culto das coisas que nos são mais caras, seja para festejar grupos profissionais

destacados pela eficiência social ou pelo sentido humanitário do seu trabalho coletivo.

Embora se tenha um tanto abusado dessa maneira de homenagear coletividades, independentemente das culminâncias individuais que despontam dentro de cada uma, ocorre por vezes que a homenagem se fundamenta em ambas aquelas motivações, podendo mesmo atingir, nas nossas almas, as profundidades dos juízos mais sinceros e das preocupações mais constantes.

Este, Srs. Senadores, é sem dúvida o caso do "Dia do Professor", particularmente guardado, no nosso calendário cívico-social, para a comemoração do trabalho indistintamente considerado de todos os mestres e mestras, de todos esses que figuram tanto entre as coisas que nos são mais afeiçoadas, quanto no rol das profissões social ou humanitariamente mais eficientes.

É dos mais bem arrazoados, portanto, o requerimento, através do qual propusemos que a eles se dedicasse esta Hora do Expediente do Senado, numa demonstração ao nível da altitude a que nos elevou o povo brasileiro, da devoção de quantos, neste País e pelo mundo, tiveram a fortuna de beneficiar-se da imensurável messe de suas lições, de seus conselhos e dos seus bons exemplos.

Unidos aos deles, também estão em festa os nossos corações e, neste ensino, ainda mal refeitos das emoções ressentidas no anterior "Dia da Criança", transportemo-nos àquele mundo íntimo, onde, malgrado as usuras do tempo, não se esvaíram as recordações mais tocantes.

No fundo desse cenário evocativo, nos reaparecem, como que por encanto, os semblantes das nossas primeiras preceptoras, dos quais tomo por símbolo o da que me guiou nos primeiros ensaios de aprendizagem — aquele semblante onde os traços impressos pela severidade profissional não podiam ocultar as interioridades da sua alma carinhosa e transbordante nos desvelos com que, no exercício da sua missão dentro de um meio rural, nos guiava e nos amparava, a todos e a cada um, nas soletrações das sílabas, nas garatujas da escrita e nas repetições da tabuada.

Noutro plano do mesmo cenário, rejubila-nos contemplar e saudar, na atualidade, a faina incessante dessas outras que, nas escolas primárias e nos cursos supletivos, não perderam os impulsos maternos das suas precursoras e, embora munidas de melhores instrumentos de trabalho, nem por isso menos árduas lhes são as tarefas cotidianas; e contemplar também, nas suas atuações multiformes e tantas vezes não bem compreendi-

das, os professores do grau médio e do superior, mais particularmente convocados a contribuir para o desenvolvimento nacional na fase tecnológica e cultural, sujeita, como se prevê, a novas e imprevistas mudanças.

Mas, Sr. Presidente e Srs. Senadores, é pena que os júbilos desta festa se todem de muitas preocupações.

Não sei se existe outra profissão comparável à do magistério em responsabilidades e contingências, a começar pela sua destinação à própria formação dos outros profissionais. Requer-se dos professores atributos e mais atributos, estudos e mais estudos, atitudes e mais atitudes, trabalhos e mais trabalhos... trabalhos na classe, fora da classe e até fora da escola, em suma, perfeições e mais perfeições.

Suas responsabilidades são maiores do que a de quaisquer outros, porque são irreparáveis ou irrecuperáveis os efeitos da educação, senão no todo, pelo menos na sua grande parte. Já advertia Platão num dos seus "Diálogos" que se o nosso sapateiro for um mau artífice, isso não nos causará maior dano, mas se o for o preceptor dos nossos filhos, imenso será o prejuízo decorrente de tal circunstância. E aí estão os psicólogos a nos ensinar a estreita relação entre a marcha do processo educativo e a evolução biopsicológica da infância e da juventude. Ou a educação é corretamente dada em cada fase dessa evolução, ou não é mais possível bem educar, por ser difícil, senão impossível, conforme o caso, recuperar na fase seguinte os ensejos perdidos na anterior.

Os ensinamentos supletivos podem encher cabeças, podem conferir adestramentos, mas não formam personalidades, se o educando deixou de receber, na devida oportunidade, pelo menos algumas das sementes da educação sistematizada.

E acima de tudo, se os outros profissionais têm meios relativamente fáceis para melhorar os seus métodos de trabalho, é de ver-se quanto os professores continuam emaranhados nas sutilezas e perplexidades da metodologia educacional.

Noutros tempos, por exemplo, recomendava-se ao professor que bem preparasse cada aula. Hoje não basta isso; e o que lhe cumpre não é preparar aulas, mas, ele mesmo, preparar-se para as aulas.

Prepara-se para as aulas, isto é, mantém-se, em cada situação, em condições intelectuais e didáticas de conduzir as atividades dos alunos, socorrendo-os em qualquer dúvida ou curiosidade despertada pelo assunto em estudo, mesmo no caso de imprevistas implicações. Sim, porque sendo a "monotonia do ensino um grave de-

feito — em quase todas as matérias importantes — História, Direito, Línguas e Literatura, Geografia, Ciências Naturais, Filosofia, Música e Artes — há sempre um constante debate sobre novos aspectos e problemas." E assim por diante...

No entanto, quanto precárias ainda são, e não sei até quando assim permanecerão, as disponibilidades de tempo, de recursos e de tranquilidade espiritual que se oferecem aos professores. Premidos entre necessidades do sustento da família e as imposições dos seus deveres, são forçados, na sua maioria, para resolver o dilema, a recorrer a qualquer expediente compensador a seu alcance, inclusive esse — que se tem alegado para justificar a sua baixa remuneração — de lecionar, em mais de uma escola, cumulando-se de trabalhos incompletos ou de má qualidade, na base de 36 ou até 40 horas-aula por semana.

E de quanto tempo, nos melhores casos, dispõem eles para o enriquecimento da sua cultura, assim como para o aperfeiçoamento dos seus métodos em cursos especializados?

Como, por outro lado, se cuida, na justa medida, da melhoria do seu status social? Do seu status social que evidentemente muito menos depende das costumeiras lisonjas ao "sacerdócio magisterial" do que de um estilo de conduta e de atuação incentivado por mudanças, em melhores termos de dignidade, das próprias condições em que opera o magistério.

Eis, Srs. Senadores, entre outras muitas que não cabem nos estreitos limites dos intuitos da minha oração, as ponderações e indagações que, nesta hora, deixo à consideração de todos os interessados em nossos problemas nacionais, na área da educação.

É claro que falo dos bons professores, porque os maus, se creio que existem, devem ser incentivados e ajustados a ser tanto quanto possível, tão bons quanto os outros. E não falo apenas em prol dos professores, porque, em uma análise, tudo o que se reclama não é tanto para eles quanto para os beneficiários da educação, ou seja, as crianças e jovens deste imenso Brasil.

Não se tomem tais reparos no sentido de críticas, mesmo porque, no tempo e no espaço, todos temos sido culpados desses erros e incompreensões.

Valham estes, sobretudo, como um incentivo e um apelo: o incentivo da nossa solidariedade com os professores nas suas festas, nas suas dificuldades e nas suas esperanças; e um apelo a todos os responsáveis pelos problemas nacionais na área da educação para que, também comunicando com os votos congratulatórios que ora a esses denodados da cons-

trução da nacionalidade, atentem para essas questões, cuja urgência e importância justo é proclamar-se em momentos como este, em que desta alta cumeira política estou falando do Brasil, para o Brasil e em favor do Brasil. (Muito bem! Palmas! O orador é cumprimentado.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — Concedo a palavra ao nobre Senador Wilson Gonçalves, que falará pela Aliança Renovadora Nacional.

O SR. WILSON GONÇALVES — (Em nome da ARENA. Pronuncia o seguinte discurso.) Sr. Presidente Srs. Senadores, sensível à honrosa incumbência que me conferiu o nobre e preclaro líder Senador Ruy Santos, cabe-me, neste singular ensejo, cheio de afetividade e simbolismo, proferir, em nome da Aliança Renovadora Nacional — ARENA — algumas palavras alusivas à transcendência do "Dia do Professor" e em homenagem à digna, culta e numerosa classe, que se espalha afirmativa e gloriosamente por toda a imensidão de nossa Pátria.

O encargo, se o considero altamente honroso para mim, como já destaquei, é-me também particularmente agradável, porque, por esse modo, me aproxima e me identifica mais ainda com aqueles que, em todo o território nacional, desde os centros culturais mais avançados até os mais recônditos e modestos rincões, realizam, no trabalho árduo e anônimo de cada dia, a obra grandiosa e magnífica de educar a juventude e o povo brasileiro.

Não seria sincero se procurasse esconder ou ocultar a emoção que experimento neste instante, ao evocar efeméride tão rica de significação e conteúdo. É que, embora haja demonstrado, desde a mocidade, um pendor especial para o magistério, não pude exercitá-lo por muito tempo, eis que o destino, com a sua força incontrolável, me arrastou, logo cedo, para as lides políticas, afastando-me conseqüentemente da cátedra, para a qual espero voltar algum dia.

Não sei de missão mais nobilitante, mais humana, mais solidária, mais sublime. Exatamente aquela que se caracteriza por uma espontânea e contínua doação, por uma permanente transferência de conhecimentos, de estima, de hábitos, de compreensão, de vida, em busca do altruístico objetivo de plasmar novas e nascentes personalidades.

Não é, pois, fácil e simples abordar o tema, tal a complexidade e dimensão da tarefa que compete ao professor, a profundidade e o alcance que ela encerra. Se bem que possa parecer lugar comum, ela é, ao mesmo tempo, um ministério e um sacerdócio. Hoje, mais do que nunca, precisamos meditar no significado desse

conceito e tirar dele os ensinamentos e conseqüências que oferece.

Se é verdade, como admitem os mais festejados pedagogos, que a vida é uma escola, em que todos nós somos simultaneamente professores e alunos, no mais lato sentido do vocábulo, no sentido amplo de comunicação humana, pois, como os mestres os pais ensinam no lar, os sacerdotes nos púlpitos, os advogados e juizes nos pretórios, os parlamentares na tribuna pública, os administradores, nas empresas e repartições, os jornalistas na imprensa, aqui devemos encerrar o professor na sua função específica, na acepção restrita e própria do termo, aquele que se dedica profissionalmente à missão de ensinar a seus alunos, no recinto da escola.

Para dignificar a profissão é indispensável que ela seja exercida integralmente, em corpo e espírito. O professor não deve limitar-se a mero transmissor de conceitos e números armazenados num esquema puramente técnico. Isto não basta, porque não educa. Como diz preclaro educador. "O trabalho do professor não se resume em transmitir conhecimentos, ou habilidades, quaisquer que sejam, mas em educar, o que envolve certa atmosfera afetiva, reclamando do mestre os melhores dotes de compreensão e comunicação humana". É importante que o mestre, ao ministrar os ensinamentos técnicos ou científicos em sua aula, conheça os seus alunos, as tendências destes e os segredos de suas almas, fale também ao seu coração e aos seus sentimentos, procure inculcar-lhes os elementos morais necessários à sua formação e ensinar-lhes a aplicação adequada desses conhecimentos ao tipo de ambiente social em que eles vão atuar.

A educação, em todos os tempos e em todo o mundo, foi e será sempre o instrumento fundamental para o desenvolvimento e progresso de um povo. Esta afirmação axiomática deve ser repetida com maior ênfase e entusiasmo nos dias atuais. Uma nação jamais poderá atingir os seus legítimos ideais de grandeza, independência e prosperidade, se os seus componentes não tiverem relativo grau de instrução.

Estamos presenciando o esforço extraordinário que o Governo brasileiro vem realizando em busca do nosso desenvolvimento, promovendo, através de planos nacionais e harmônicos, medidas de caráter econômico e social, tendentes a integrar o nosso País e dar-lhe o merecido relevo junto às demais nações livres do mundo. E, nesse esforço, a educação, em todos os níveis, ocupa lugar proeminente.

Se reconhecemos que a educação constitui fator primordial e indispensável ao nosso processo de desenvolvimento — para nós motivo de or-

guilho e satisfação —, é de justiça salientar a importância do professor nesse contexto e examinar a sua situação social nos dias que correm.

Como homens públicos, temos o dever de encarar os problemas que possam afligir os professores brasileiros, em seus diversos níveis, visando a elevar-lhes o status social para que eles se sintam amparados, assistidos e prestigiados, e venham a cumprir, cada vez mais eficientemente, a sua nobre função, que exige preparo intelectual, entusiasmo cívico, dedicação integral e amor à Pátria.

Renomado pedagogo escocês, focalizando as várias facetas da vida do professor, assevera com toda a acuidade:

“A maior dificuldade do professor decorre do voto de pobreza que deve fazer. Homens e mulheres, pertencem os professores a uma das profissões mais mal pagas, em geral. Embora o professor não possa vestir-se e viver como um operário, muitas vezes recebe remuneração tão baixa como a de um aprendiz de fábrica. É verdade que há magníficas recompensas no topo da profissão, e algumas poucas e lucrativas oportunidades colaterais; mas o professor médio, em qualquer parte do mundo, deve resignar-se a viver numa pobreza decente. Em alguns países em que a fortuna é o único símbolo de êxito, isso representa pesado sacrifício. Em outros, é parcialmente compensada com mostras de prestígio e respeito. Mas a profissão é sempre penosa.”

Encarado o magistério como profissão, a remuneração é o aspecto mais delicado e complexo da atividade do professor. Todos nós conhecemos a realidade brasileira e como ela apresenta situações diferentes nos diversos pontos do país. A nossa ver, a baixa remuneração do professor no Brasil, quando ocorre, provém unicamente da pobreza do meio em que ele atua e não da falta de reconhecimento de seus méritos. Cumpre salientar que o pagamento dos professores é feito ora por órgãos do Governo, ora por entidades particulares, variando uns e outros de possibilidades financeiras, de acordo com a região em que se situam ou segundo a esfera de administração a que pertencem.

O exame objetivo e consciencioso do problema revela que o Governo Federal, a partir da vitória da Revolução de 1964, tem assegurado absoluta prioridade à educação do povo, no sentido de democratizá-la, não só aumentando consideravelmente o número de matrículas em todos os graus do ensino, como procurando valorizar pessoal e tecnicamente a função do

professor. Nesse tocante, convém lembrar as sensíveis alterações introduzidas na Reforma Universitária, como na Lei n.º 5.692 de 11-8-1971, que fixa Diretrizes e Bases para o Ensino do 1.º e 2.º graus. Foram incluídas disposições de nitida intenção valorizadora, tornou-se compulsória a existência de Estatuto do Magistério, vinculou-se o valor dos vencimentos ou salários ao nível de formação dos professores e especialistas, em vez de ao grau escolar em que exerçam as suas atividades e chegou-se ao por menor de condicionar a concessão de auxílios federais ao cumprimento dessas prescrições e à pontualidade de pagamento de pessoal docente.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, ouvi hoje, pelo rádio, que o Excelentíssimo Senhor Presidente da República baixou decreto, determinando exatamente o cumprimento dessas disposições em favor do professor, por ocasião da concessão dos recursos aos órgãos educacionais dos Estados.

No momento em que homenageamos o Professor no transcurso da data que lhe é consagrada, em que formulamos prazerosamente as nossas mais calorosas e cordiais congratulações pelo grato evento, parece oportuno manifestar a nossa confiança no êxito da grande e nobre missão entregue ao espírito público do mestre brasileiro. A ele deve estar sempre presente a idéia de que, posto exerça essa atividade como profissão, tem ela a alta finalidade de formar cidadãos úteis à Pátria.

Assim, estamos certos de que os nossos beneméritos professores, onde quer que estejam, haverão de sentir em seus corações a mesma chama patriótica que anima os propósitos do Governo do honrado e eminente Presidente Médici, e formarão com ele na grande marcha que levará o Brasil aos seus gloriosos destinos. **(Muito bem! Palmas! O orador é cumprimentado.)**

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — Concedo a palavra ao nobre Senador Ruy Santos.

O SR. RUY SANTOS — (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, Srs. Senadores, o eminente Senador Wilson Gonçalves, falando em nome do meu Partido, acaba de pronunciar admirável discurso em que analisa o papel do educador na sociedade contemporânea. Anteriormente, falou em nome do MDB, com igual brilho, o eminente Senador Adalberto Sena.

Tocado pela evocação destes ilustres colegas, julguei do meu dever, nesta oportunidade, arrancar da minha memória pedaços de lembrança da minha vida, para deixar gravados neste dia em que evocamos a figura do professor.

“Antigamente — diz o poeta — a escola era risonha e franca. O velho professor, as longas barbas brancas”... E por aí ia o poeta, na evocação da figura admirável do professor primário.

Venho daquela época do velho professor das longas barbas brancas. Apenas, meu professor primário foi uma mulher, a professora Vicência, uma preta velha cheia de filhos, talvez despreparada para o mister, mas suprimindo esse despreparo com o tom carinhoso e maternal que dava à sua função.

Ainda me lembro do meu tempo, que talvez seja o mesmo de alguns de nós. O começo da aula era sempre pelo canto, uma daquelas músicas, uma daquelas peças evocativas do Brasil, em que se cantava a liberdade e o amor à Pátria. Depois, começávamos, na classe, a cantar em conjunto o “a-b-c”, a soma, a multiplicação, e tudo aquilo naquele vozinho. Não havia estudo isolado mas coletivo. Era uma só voz, cantando o b com a, ba, o 2 mais 2, quatro, o 2 mais 3, cinco, e a velha professora, serena, lá na sua carteira, atenta ao nosso movimento e apenas nos chamando, quase ao fim da manhã ou da tarde, para tomar a lição de leitura ou de soma que nos havia marcado, e sempre austera, sempre rigorosa.

Ainda me lembro do castigo de pé, eu e outros colegas de frente para a parede e cartazes nas costas dizendo: “eu conversei na aula”, ou “fiz isto ou aquilo”. Naquele tempo, Sr. Presidente, ainda se fazia a educação às custas do castigo. E evocando esses episódios, quero dizer que ouvi de Anísio Teixeira, o grande educador que o Brasil teve, referência a um outro grande educador baiano, que ainda no século passado primava — e tinha como norma — não castigar discípulos. Um dia, porém, foi forçado a espancar um aluno. Depois de surrá-lo, pegou-o pelo braço, meteu-o no seu pequeno coche e saiu até à casa de seu pai e disse-lhe: “Tome o seu capeta. Ele me fez quebrar uma norma que havia adotado de não castigar ninguém.” E voltou.

Dias depois — ainda estou no depoimento de Anísio Teixeira — o pai voltou com o menino à escola, ao ginásio do velho professor, o Ginásio “Pedro II”, e, então, disse ao Diretor: “meu filho veio-lhe pedir perdão e permissão para continuar no colégio. Ele promete de agora em diante ser um aluno exemplar.” Realmente, daí por diante, ele se transformou num aluno exemplar.

E conclui Anísio Teixeira com certa graça: “Quero dizer que, por vezes, na educação é preciso também espancar”.

Esse episódio gravei, Sr. Presidente, porque na minha vida de estudante fiz também das minhas, e um dia, chamado ao Gabinete do Diretor, re-

cebi a ameaça de não poder continuar no colégio. Jurei, porém, que seria no ano seguinte um aluno exemplar. E no ano seguinte, realmente, fui primeiro prêmio em comportamento, eu que já tinha prêmios regulares no aproveitamento das disciplinas estudadas.

Deixei a escola primária e fui para colégio interno, em Salvador — permita-me, o Senado, vá dando vazão ao evocar essa minha vida, que está ficando tão para trás — estudar com padres jesuítas, no Colégio Antônio Vieira.

Desse período, Sr. Presidente, guardo, com saudade, a figura de dois grandes educadores que tive: um, o Padre Camilo Torrand, grande naturalista, francês de origem, que nos ensinava história natural. Naquele tempo, vale dizer, estudávamos no Ginásio já com livros em língua francesa. Ainda me lembro de História Universal: estudei "Histoire de La Civilization", de Seignobos. Era o livro que tínhamos na aula.

Outro grande educador tive naquela época, — o Padre Luiz Gonzaga Cabral, português. Grande orador sacro, a quem devo a possibilidade de ser despertado, na vida, para o gosto pela Literatura. O Padre Cabral foi quem primeiro me pôs nas mãos, para ler, e comentava comigo, os melhores clássicos da língua portuguesa. Foi quando naquele tempo de adolescente, li Bernardes, Camilo Castelo Branco e Vieira. E o Padre Cabral, depois, discutia comigo e com outros alunos. Entretanto, ele não teve maior sorte com seu querido discípulo, porque tudo fez para que eu me tornasse jesuíta e fosse ser filho de Inácio de Loyola. Recusei. Nunca atendi a sua solicitação. Teve ele mais sorte com um colega meu, de turma, Francisco Bragança, que hoje é um dos grandes mestres que atuam em Recife, como atuou na Bahia, um grande professor de Física.

Deixando o Ginásio, fiz o Vestibular para a Escola de Medicina da Bahia, a velha e gloriosa Faculdade de Medicina do meu Estado, a primeira criada no Brasil. Nessa Escola — e dela guardo com saudade a figura de vários mestres que lá tive — logo na primeira série, conheci um sábio que foi meu professor, Pirajá da Silva. Confesso a esta Casa a emoção com que, abrindo um dia um livro clássico de Brumpt sobre Parasitologia, encontrei ali, em "esquisitossomose Mansur — Pirajá da Silva". Pirajá havia associado o seu nome ao de Mansur, na descoberta do parasita.

Depois, tive outro grande mestre, já no 3.º ano, um grande esteta, professor de Fisiologia, Aristides Novis, tio do eminente Senador Fernando Corrêa da Costa, homem de linguagem fácil, e que nos prendia a todos pelos seus dons oratórios. Naquele tempo,

Sr. Presidente, o ensino era à base mais do discurso e dos dados incutidos na consciência do aluno através da frase bem feita e bem cuidada.

Tive como mestre, pouco depois, Edgar Santos, que chegou a ser Reitor da Universidade da Bahia, e também Ministro de Educação e professor de Cirurgia. Tive, em Clínicas, Armando Sampaio Tavares, médico admirável em Pediatria, Martagão Gesteira, uma das figuras de mestre e de pediatra que conheci na Bahia e que, iguais a ele são pouquíssimos entre nós! em Obstetrícia, o mestre esplêndido, que foi paraninfo da minha turma, Almir de Oliveira; Eduardo de Moraes, Professor de Otorrinolaringologia, outro esteta que nos prendia a todos também por sua palavra.

Mas o aluno acabou um dia professor.

O Sr. Lourival Batista — Eminente Senador, permite um aparte?

O SR. RUY SANTOS — Com prazer.

O Sr. Lourival Baptista — Não podia deixar de apartear-lo, eminente Senador, quando V. Ex.^a se referiu ao Padre Luiz Gonzaga Cabral e ao Padre Camilo Torrend, também meus professores no Colégio Antônio Vieira, e aos eminentes Professores Aristides Novis, Armando Sampaio Tavares, Eduardo Moraes, Almir de Oliveira e tantos outros que honraram a nossa velha e tradicional Faculdade de Medicina da Bahia. Todos estes e o saudoso mestre, saudoso diretor e saudoso reitor Edgar Santos, a quem ligava grandes laços de amizade a V. Ex.^a Não poderia calar-me para dizer que estes foram também meus mestres, como também V. Ex.^a o foi, e que na nossa velha e tradicional Faculdade de Medicina da Bahia honrou aquela casa com a sua inteligência e com o seu saber.

O SR. RUY SANTOS — Obrigado a V. Ex.^a, eminente Senador; apenas nessa evocação eu não queria o atestado de velhice dado por V. Ex.^a a indicar que fui seu mestre.

Mas, depois de aluno, fiz-me professor. E nas minhas andanças pelo interior da Bahia, encontro, vez por outra, professoras primárias que foram minhas alunas na Escola Normal, hoje Instituto de Educação de Salvador, como encontro aqui e ali médicos que privaram — não digo de que fui professor — comigo na cátedra da minha gloriosa faculdade.

Sr. Presidente, achei do meu dever trazer, neste dia, como homenagem ao Professor, esta evocação a figuras admiráveis que trabalham anonimamente, como destacou o Senador Wilson Gonçalves, pelo engrandecimento e pelo desenvolvimento nacional.

Os dias são outros, Sr. Presidente. A professora primária não é aquela daqueles tempos; o professor primá-

rio, hoje, depois dos trabalhos de Claparède, Dewey e Kilpatrick, depois da Escola Nova, está com outro sentido. Todos estão preocupados em preparar a criança, estudá-la, desenvolvê-la, fazê-la crescer, educando-a, numa palavra, e não somente, como àquele tempo, alfabetizando-a.

No ensino secundário e no ensino superior desdobra-se o esforço pelo trabalho de equipe como também se faz no ensino primário.

Mas, Sr. Presidente, ao recordar esses grandes mestres, não quero deixar de ter, nesta hora, uma palavra para aquele que me ensinou, principalmente, as admiráveis lições de compreensão, de sabedoria e de bondade, lições que procuro transmitir, em especial aos meus. Evocando essas grandes figuras de mestres que tive na minha vida, quero homenagear — perdoem-me os Srs. Senadores — o maior de todos eles, que foi a minha mãe. (Muito bem! Muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — Esta Presidência e a Mesa do Senado Federal solidarizam-se com as comemorações e as homenagens aqui prestadas aos Professores do Brasil, através dos pronunciamentos dos eminentes Senadores Adalberto Sena, Wilson Gonçalves e Ruy Santos, que tão bem focalizaram a nobre missão que cabe aos Mestres, na formação e orientação de todas as criaturas que constituem a sociedade das nações civilizadas.

Devemos aos professores que cumprem essa sublime missão da mais alta responsabilidade perante a Pátria, nosso respeito, estima e admiração pelos inestimáveis serviços que prestam.

Justas, pois, as comemorações de hoje e as homenagens que lhes são prestadas, às quais juntamos as nossas.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — Ainda há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Antônio Fernandes.

O SR. ANTÔNIO FERNANDES — (Pronuncia o seguinte discurso.) Sr. Presidente, Srs. Senadores, o transporte é considerado como um dos fundamentais objetivos do programa do Governo, visando colaborar com os esforços da Nação e promover o desenvolvimento econômico de forma integral.

Para atingir essa meta, há de se conjugar esforços e criar entendimentos entre os governantes estaduais e o Governo federal, com grandes projetos a fim de equacionarem parte do sistema rodoviário.

Contribuirá decisivamente para a consecução desses arrojados objetivos a implantação e construção de estradas a serem instaladas.

O Governo federal vem fixando sua atenção na integração nacional, tendo em vista o progresso da Amazônia e o desenvolvimento do Nordeste. Há uma previsão orçamentária de bilhões de cruzeiros para serem empregados na modernização da agricultura no Norte e no Nordeste, assim como para o desenvolvimento das bacias do Amazonas e do São Francisco.

E uma das metas do Governo é exatamente a produção agrícola e sua maior preocupação está no estabelecimento de medidas para alcançar o normal escoamento das safras pelas vias de transporte mais habituais, ou sejam, as rodovias.

Aproveito a oportunidade para fazer um grande apelo ao Diretor do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, Dr. Elizeu Resende, no sentido de intensificar os trabalhos de construção da BR-242, nos trechos compreendidos nos Estados de Goiás e Bahia, como fórmula de possibilitar a ligação de Brasília com vários Estados, na formação de um dos mais importantes troncos rodoviários da Região Nordeste, com vital importância para a economia do Vale do São Francisco.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, visitei o Nordeste do grande Estado de Goiás e tive a oportunidade de observar quão necessário e urgente está sendo reclamada a implantação do trecho da BR-20, Brasília—Formosa—Posse—Barreiras, destinado a dar sequência à BR-242, já implantada entre Barreiras e Ibotirama, com pavimentação pronta entre Ibotirama e Salvador, na Bahia.

Observei, de perto, o desejo e a esperança dos fazendeiros da zona de Arrais, onde promovem, com bastante dificuldade, pela escassez de transporte, o cultivo da cana, mamona, algodão, milho, feijão, arroz, plantas forrageiras, pastagens etc.

A formação racional de fazendas e melhoramento dos rebanhos vem sendo realizado com verdadeiro espírito de pioneirismo, tendo como exemplo o Dr. Guimarães Lima, implantando o progresso em sua fazenda, criando ali um "oásis" de civilização, que serve de modelo para o desenvolvimento econômico e social da vasta região.

Srs. Senadores, confio na conjugação de forças dos governos estaduais para a utilização mais efetiva da rede de transportes, num trabalho conjunto com medidas preconizadas pelo Governo federal, com vistas a maior integração dos diversos sistemas de transportes de regiões em comum.

Trabalhos preliminares de construções do sistema rodoviário no Norte e Nordeste, suas relações e integração com Brasília já foram iniciados e contam com recursos e participação do Governo federal, que tem condições para tomar providências imediatas para a sua concretização.

A BR-30 representa o primeiro segmento da rodovia Brasília—Fortaleza, escoamento e penetração do Nordeste brasileiro. Sua construção há de inspirar a implantação de mais um "corredor de exportações", que teria como terminal o porto de Manguinhos ou o porto do Malhado, no meu Estado, ligação marítima mais curta para Brasília.

Estrada de notável repercussão social e econômica, há muito solicitada, sua construção imediata virá preencher claros no sistema rodoviário e enriquecer o tráfego de uma região carente de assistência dos poderes públicos, despertar esperanças e empolgar a alma reconhecida do povo, dos chamados troncos subdesenvolvidos.

Vale ressaltar a sensibilidade humana do atual Governo no atendimento com medidas dessa natureza, criando uma das melhores alavancas do desenvolvimento econômico, servindo ao mesmo tempo de ajuda para regiões necessitadas de aberturas para determinados ramos de atividades, com real proveito em obras de recuperação sócio-econômica.

Senhor Presidente, com a implantação do PROVALE, teremos aumentadas as possibilidades da região sanfranciscana, firmando-se numa economia baseada nas previsões de colheitas seguras e abundantes, com o advento de novos processos de irrigação.

As estradas que confluem para os portos fluviais de Petrolina, Juazeiro e Pirapora, juntamente com o trecho navegável do rio São Francisco, formarão um sistema hidro-rodoviário, também responsável pela conexão do Nordeste com o Centro-Sul do País.

Faço propositadamente a citação para provar com fatos e realçar o não-regionalismo do Ministro Mário Andreazza, em favor do sistema nacional dos transportes, criteriosamente planejado de forma a atender às políticas de desenvolvimento, de segurança e de integração, previstas pelo Governo Federal.

Política acertada na qual inclui-se a implantação e exploração dos diferentes meios de transportes, tendo como objetivo satisfazer as necessidades do presente com projeções para o futuro.

São rodovias destinadas a serem aproveitadas no futuro, dentro do programa dos "Corredores de Exportação", que estão sendo implantados pelo Governo Médico, em diferentes regiões, com a intenção de promover exportação de excedentes agrícolas, pecuários e minerais e expansão das riquezas regionais.

Vem a propósito, a idéia da criação de um "Corredor" que possa propiciar melhor escoamento da produção agropecuária e mineral dos Estados de

Goiás, Minas e Bahia, onde podemos salientar as jazidas de manganês dos Municípios de Urandi e Licínio de Almeida, cristal de rocha, berilo e ametistas em Caetité, reservas de ouro nos Municípios de Livramento do Brumado e Rio de Contas, as grandes jazidas de magnesita em Brumado, chumbo das minas de Buquira, águas marinhas e outros minérios no Município de Anagé, sem desprezar as possibilidades do algodão, peles e couros em Riacho de Santana, Guanambi, Igaporã, Ibiassucê, Rio do Antônio, inclusive sisal e mamona em Caculé, e arroz dos Municípios de Jacaraci, Mortugaba, Condeúba, Cordeiros e de outros municípios situados na região sertaneja da Bahia.

O Município de Ibitiara no meu Estado dispõe de quantidades imensas de minérios a serem explorados na expectativa dessas ligações de estradas e espera para breve energia elétrica de "Paulo Afonso".

São ligações que, além de outros benefícios, proporcionam ao Município de Ibitiara oportunidade para exploração de suas jazidas de barita com veios extensos a "céu aberto", que atingem até 60 metros de altura.

Análises feitas em laboratórios da PETROBAS e outros órgãos federais, revelaram a existência de minérios raros nessas jazidas, que até então pensava-se não existirem no Brasil, tais como, pirofilita, lazulita etc., e vale ressaltar que as pesquisas feitas comprovam que esses minerais raros existem em grandes quantidades, suficientes para a exploração, industrialização e exportação.

Além do Município de Ibitiara, outros municípios baianos situados na Serra do Espinhaço, em plena Chapada Diamantina, possuem jazidas ricas em carbonatos, diamantes, cristal de rocha, citrino, amianto, caulim, betonita, ouro, cobre, estrôncio e muitos outros minerais devidamente registrados no Departamento Nacional de Produção Mineral, tendo as concessões de lavras e direitos de pesquisas e áreas minerais concedidas a firmas de mineração devidamente credenciadas como a Barium do Brasil S.A. e outras no meu Estado.

Senhor Presidente, Senhores Senadores, a grande significação para o povo brasileiro, do Governo Médico, tem sido a sacudidela, ou melhor dito, "representa o entrosamento das forças vivas da Nação, crescendo sempre, apoiada no progresso da técnica e da ciência, e, antes e acima de tudo, na conscientização do nosso povo, que se compenetra, todos os dias, de sua responsabilidade e luta sem temor, pela grandeza e pelo desenvolvimento do País". (Muito bem! Palmas!)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — Concedo a palavra ao nobre Senador Lourival Baptista.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA — (Pronuncia o seguinte discurso.) Sr. Presidente, Srs. Senadores; promovidos pelo Governo do Estado, Prefeituras Municipais e uma entidade mista que congrega os Poderes públicos e sociedades particulares, os Jogos Abertos de Santa Catarina realizam-se a cada ano, congregando atletas de todas as regiões, idades e classes profissionais, numa festa que transcende o aspecto propriamente esportivo para se fazer um momento de congraçamento e afirmação da gente catarinense.

Este ano, os XIII Jogos Abertos de Santa Catarina tiveram por sede a bela e progressista cidade de Itajaí.

Convidado pelo operoso Prefeito Dr. Júlio César e pelo eminente Senador Antônio Carlos, assisti à instalação do certame.

Compareceram representações de 40 municípios, num total de 3.400 atletas.

Na noite de 13 de outubro, sob a presidência do Exmo. Sr. Governador do Estado, Engenheiro Colombo Machado Salles, teve lugar o congresso esportivo dos Jogos Abertos.

No dia seguinte, pela manhã, houve a instalação das competições, com extraordinário desfile, onde a saúde, a nobreza e o civismo da gente catarinense deslumbraram nossos olhos, ouvidos e corações.

Em todos os momentos se fez presente a tradicional hospitalidade do povo de Santa Catarina.

Itajaí, através de sua exemplar administração, preparou-se para os Jogos Abertos. Com o auxílio do Governo do Estado, do Departamento de Educação Física e Desportos, do Conselho Nacional de Desportos, do Banco do Brasil, o Prefeito Júlio César construiu duas piscinas, pistas de atletismo, quadras de tênis, basquete, "voley" e futebol de salão, canchas de bolas e bochas e "stand" de tiro.

Pude ainda, participando de jantar que o eminente Governador Colombo Salles ofereceu aos estagiários da Escola Superior de Guerra, conhecer do esforço que se vem realizando naquele Estado — Governo e povo — no sentido de, fiel ao ideário da Revolução, desenvolver o Estado e dar condições de bem-estar social e progresso econômico à gente catarinense.

O Sr. Antônio Carlos — V. Ex.^a permite um aparte, nobre Senador Lourival Baptista?

O SR. LOURIVAL BAPTISTA — Com muito prazer, eminente Senador Antônio Carlos.

O Sr. Antônio Carlos — Quero inicialmente agradecer a V. Ex.^a o registro que está fazendo dos XIII Jogos Abertos de Santa Catarina. V. Ex.^a

como disse, convidado pelo Prefeito Municipal, deixou por alguns momentos, por um fim-de-semana, a Capital da República, e nos honrou com a sua presença em Santa Catarina. Deixou serviço que presta a cada dia e a cada hora ao Estado de Sergipe para, aceitando nosso convite, ser uma das figuras principais da instalação dos Jogos Abertos de Santa Catarina, em Itajaí. A par desse acontecimento, desejo consignar a minha gratidão pela contribuição que V. Ex.^a está dando na divulgação daquele certame, que é, no plano esportivo do Brasil, um certame singular. Foi em 1960, quando das comemorações do primeiro centenário da cidade de Brusque, que Arthur Schllösser, cidadão respeitado, grande amigo, homem exemplar, idealizou os Jogos Abertos de Santa Catarina. Naquele tempo, éramos deputado federais — V. Ex.^a e eu — e V. Ex.^a muito ajudou para que fosse aprovada, no orçamento, emenda destinando auxílio para aquela realização pioneira. De 1960 até hoje, a cada ano, Santa Catarina reúne, numa das suas cidades, não só a juventude estudantil como também aquela que participa da vida social, através de trabalho honrado: bancários, industriários, comerciários e até mesmo agricultores se reúnem numa cidade a cada ano, para a disputa em competições esportivas e para uma festa de confraternização. Este ano, tivemos o privilégio de contar com a presença de V. Ex.^a e do nobre Deputado Athié Coury, representante de São Paulo. Senador Lourival Baptista, V. Ex.^a sentiu a alegria e o entusiasmo do povo de Itajaí, da mocidade catarinense, pela honra que V. Ex.^a nos deu, comparecendo, levando a mensagem do Nordeste, levando a experiência de V. Ex.^a, a sua exemplar e fulgurante vida pública, para que Santa Catarina pudesse homenageá-la, homenageando a pessoa de V. Ex.^a Muito obrigado, Senador Lourival Baptista, pelo generoso registro dos XIII Jogos Abertos de Santa Catarina.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA — Agradeço a V. Ex.^a, eminente Senador Antônio Carlos, o aparte com que honrou o meu pronunciamento.

Sr. Presidente, apenas faço justiça a homens que trabalham, V. Ex.^a, nobre Senador Antônio Carlos, que presta relevantes serviços ao seu Estado e ao Brasil, cujo espírito público é de todos conhecido nesta Casa, bem como ao operoso prefeito da formosa cidade de Itajaí, Dr. Júlio César. Itajaí é terra-berço de V. Ex.^a e de tantos outros homens ilustres que trabalharam não só por sua cidade, pelo Estado de Santa Catarina mas, acima de tudo, pelo Brasil!

Sr. Presidente, ainda nesta breve comunicação, registro as presenças em

Itajaí do Deputado Athié Coury, nobre representante de São Paulo na Câmara dos Deputados, e do Coronel Erick Tinoco Marques, Diretor do Departamento de Desportos e Educação Física — do Ministério da Educação e Cultura, que representou, nas solenidades, o Sr. Ministro Jarbas Passarinho.

O auxílio financeiro que o Departamento de Desportos e Educação Física concedeu a Itajaí, nos termos do despacho do Sr. Ministro da Educação, foi a segura garantia do êxito dos XIII Jogos Abertos de Santa Catarina.

Sr. Presidente, nesta oportunidade desejo congratular-me com o Governador Colombo Salles, com o Prefeito Júlio César, com o Sr. Ministro Jarbas Passarinho, com o Senador Antônio Carlos, com o Coronel Erick Tinoco Marques e com o povo de Itajaí, pelo brilhantismo desses Jogos que se encerram no próximo dia 21.

Esta, Sr. Presidente, a comunicação que desejava fazer à Casa. (Muito bem! Palmas.)

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Flávio Britto — José Lindoso — José Esteves — Luiz Cavalcante — Heltor Dias — Benjamin Farah — Magalhães Pinto.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — Encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) —

Item 1:

Votação, em turno único, do Requerimento n.º 131, de 1972, de autoria do Sr. Senador Benjamin Farah, solicitando a constituição de uma comissão de 3 membros para representar o Senado no 1.º Congresso Nacional dos Servidores Cíveis do Brasil, a realizar-se em São Paulo, de 22 a 28 de outubro.

Este requerimento depende de votação imediata. Entretanto, não há quorum para votação, que fica adiada para a próxima Sessão.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) —

Item 2

Discussão, em turno único, do Parecer n.º 354, de 1972, da Comissão de Finanças, sobre as Contas da Rede Ferroviária Federal S.A., relativas ao exercício

de 1958, encaminhadas ao Senado pelo Projeto de Decreto Legislativo n.º 41, de 1971 (n.º 35-A/71, da Câmara dos Deputados).

(Parecer pelo arquivamento.)

Em discussão o parecer.

Se nenhum dos Srs. Senadores de-seja discutir-lo, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Não havendo quorum para votação, fica a mesma adiada para a próxima sessão.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg)

Item 3:

Discussão, em turno único, do Parecer n.º 356, de 1972, da Comissão de Finanças, sobre as contas da Rede Ferroviária Federal S.A., relativas ao exercício de 1957, encaminhadas ao Senado pelo Projeto de Decreto Legislativo n.º 42, de 1971 (n.º 34-A, de 1971, na Câmara dos Deputados).

(Parecer pelo arquivamento.)

Em discussão o parecer.

Se nenhum dos Srs. Senadores de-seja discutir-lo, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Não havendo quorum para votação, fica a mesma adiada para a próxima sessão.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg)

Item 4

MATÉRIA A SER DECLARADA PREJUDICADA

Projeto de Decreto Legislativo n.º 41, de 1971 (n.º 35-A/71, na Câmara dos Deputados), que aprova as contas da Rede Ferroviária Federal S.A., relativas ao exercício de 1958.

A matéria fica prejudicada em virtude de seu prejulgamento pelo Plenário na sessão de 22 de junho do corrente, quando rejeitou, por inconstitucionalidade, o Projeto de Decreto Legislativo n.º 24, de 1971, que aprova as contas do Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO), relativas ao exercício de 1968.

O projeto será arquivado, sendo feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

É o seguinte o projeto arquivado:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N.º 41, de 1971

(n.º 35-A/71, na Casa de origem)

Aprova as contas da Rede Ferroviária Federal S.A., relativas ao exercício de 1958.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º São aprovadas as contas prestadas pela Rede Ferroviária Federal S.A., relativas ao exercício de 1958, na forma do parágrafo único, art. 34, da Lei n.º 3.115, de 16 de março de 1957, com as ressalvas aos valores que a empresa esteja apurando junto a eventuais responsáveis pagadores ou detentores de fundos.

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg)

Item 5

MATÉRIA A SER CONSIDERADA PREJUDICADA

Projeto de Decreto Legislativo n.º 42, de 1971 (n.º 34-A/71, na Câmara dos Deputados), que aprova as contas da Rede Ferroviária Federal S.A., relativas ao exercício de 1957.

A matéria fica prejudicada em virtude de seu prejulgamento pelo Plenário na sessão de 22 de junho do corrente, quando rejeitou, por inconstitucionalidade, o Projeto de Decreto Legislativo n.º 24, de 1971, que aprova as contas do Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO), relativas ao exercício de 1968.

O projeto será arquivado, sendo feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

É o seguinte o projeto arquivado:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N.º 42, DE 1971

(N.º 34-A/71, na Casa de origem)

Aprova as contas da Rede Ferroviária Federal S.A., relativas ao exercício de 1957.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º São aprovadas as contas prestadas pela Rede Ferroviária Federal S.A., relativas ao exercício de 1957, na forma do parágrafo único, art. 34, da Lei n.º 3.115, de 16 de março de 1957, com as ressalvas aos valores que a empresa esteja apurando junto a eventuais responsáveis pagadores ou detentores de fundos.

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — Esgotada a matéria constante da Ordem do dia.

Não há orador inscrito para esta oportunidade.

Membro aos Srs. Senadores a sessão do Congresso Nacional as 19 horas, para leitura de mensagem presidencial.

Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a sessão.

Designo para a próxima a seguinte

ORDEM DO DIA

1

Votação, em turno único, do Requerimento n.º 131, de 1972, de autoria do Sr. Senador Benjamin Farah, solicitando a constituição de uma comissão de 3 membros para representar o Senado no 1.º Congresso Nacional dos Servidores Cívicos do Brasil, a realizar-se em São Paulo, de 22 a 28 de outubro.

2

Votação, em turno único, do Parecer n.º 354, de 1972, da Comissão de Finanças, sobre as Contas da Rede Ferroviária Federal S/A, relativas ao exercício de 1958, encaminhadas ao Senado pelo Projeto de Decreto Legislativo n.º 41, de 1971 (n.º 35-A/71, na Câmara dos Deputados). (Parecer pelo arquivamento.)

3

Votação, em turno único, do Parecer n.º 356, de 1972, da Comissão de Finanças, sobre as contas da Rede Ferroviária Federal S/A, relativas ao exercício de 1957, encaminhadas ao Senado pelo Projeto de Decreto Legislativo n.º 42, de 1971 (n.º 34-A, de 1971, na Câmara dos Deputados). (Parecer pelo arquivamento.)

4

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo do Senado (apresentado pela Comissão de Finanças como conclusão de seu parecer n.º 379, de 1972), ao Projeto de Lei da Câmara n.º 34, de 1972 (n.º 812-B/72, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que autoriza o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal — IBDF — a alienar imóveis que menciona.

5

Discussão, em turno único, do Parecer n.º 358, de 1972, da Comissão de Finanças, sobre as contas da Rede Ferroviária Federal S/A, relativas ao exercício de 1960, encaminhadas ao Senado pelo Projeto de Decreto Legislativo n.º 45, de 1971 (n.º 37-A/72, na Câmara dos Deputados). (Parecer pelo arquivamento.)

6

Discussão, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade e juridicidade, nos termos do artigo 297 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado n.º 36, de 1972, de autoria do Sr. Senador Franco Montoro, que dispõe sobre licença de servidor público no exercício de cargo eletivo não remunerado, tendo

PARECER, sob n.º 376, de 1972, da Comissão

— de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade e injuricidade.

7

Projeto de Decreto Legislativo n.º 45, de 1971 (n.º 37-A/71, na Câmara dos Deputados), que aprova as contas da Rede Ferroviária Federal S/A, relativas ao exercício de 1960.

(Matéria prejudicada em virtude de seu prejulgamento pelo Plenário na sessão de 22 de junho do corrente, quando rejeitou, por inconstitucionalidade, o Projeto de Decreto Legislativo n.º 24, de 1971, que aprova as contas do Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO), relativas ao exercício de 1968.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 15 horas e 50 minutos.)

EDITAL

Pelo presente edital, ficam convocados os servidores Carlos Alberto Viçela Souto, Auxiliar Legislativo, PL-10; Celdir Lacerda, Motorista, PL-10; Jairo Brasileiro da Costa, Ajudante de Almoxarife, PL-7; Renato de Almeida Chermont, Oficial Legislativo, PL-4; e Walter da Costa, Motorista, PL-10, a comparecerem nesta Secretaria, a fim de justificarem suas faltas ao serviço, sob pena de lhes serem aplicadas as penalidades constantes do artigo 210, item II e § 1.º da Resolução 06/60.

Secretaria do Senado Federal, em 10 de outubro de 1972. — Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral.

ATA DAS COMISSÕES

COMISSÃO ESPECIAL

Para estudo e parecer sobre o Projeto de Lei da Câmara n.º 41/72 — "Institui o Código de Processo Civil"

As 15 horas do dia 13 de outubro de 1972, no Auditório do Senado Federal, nos termos do inciso I do art. 392 do Regimento Interno, presentes os Senadores Daniel Krieger, Accioly Filho, Arnon de Mello, Wilson Gonçalves, Helvídio Nunes, Mattos Leão, José Lindoso, Nelson Carneiro, Heitor Dias e Tarso Dutra, reúne-se a Comissão Especial para estudo e parecer sobre o Projeto de Lei da Câmara n.º 41/72 — Institui o Código de Processo Civil.

Na forma regimental, assume a presidência o Senador Daniel Krieger e declara instalada a Comissão, determinando as providências necessárias para se proceder a eleição do Presidente e do Vice-Presidente. Após a distribuição das cédulas, são convidados para escrutinadores os Senadores José Lindoso e Arnon de Mello.

Procedida a eleição, verifica-se o seguinte resultado:

Para Presidente

Senador Daniel Krieger 9 votos
Senador Wilson Gonçalves 1 voto

Para Vice-Presidente

Senador José Augusto 10 votos

Declarados eleitos os Senadores Daniel Krieger e José Augusto, para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, o Senador Daniel Krieger agradece a escolha do seu nome para tão alto cargo e designa, na forma do inciso I acima citado, Relator-Geral da matéria o Senador Accioly Filho e Relatores Parciais os Senadores Wilson Gonçalves do Livro I; Nelson Carneiro do Livro II; Heitor Dias do Livro III e José Lindoso dos Livros IV e V.

De acordo com o inciso III do art. 392 do Regimento Interno o prazo para apresentação de emendas é de 20 dias a partir do dia 13 do corrente a 1.º de novembro.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião lavrando eu, Maria Helena Bueno Brandão, Secretária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e demais membros.

Presidente: Senador Daniel Krieger

Vice-Presidente: Senador José Augusto

Relator-Geral: Senador Accioly Filho

Relatores parciais:

Senador Wilson Gonçalves — Livro I

Senador Nelson Carneiro — Livro II

Senador Heitor Dias — Livro III

Senador José Lindoso — Livros IV e V

COMPOSIÇÃO

ARENA

Senador Daniel Krieger
Senador Accioly Filho
Senador José Lindoso
Senador Tarso Dutra
Senador Helvídio Nunes
Senador Arnon de Mello
Senador Eurico Rezende
Senador Heitor Dias
Senador Wilson Gonçalves
Senador José Augusto
Senador João Calmon
Senador Mattos Leão
Senador Osires Teixeira

MDB

Senador Nelson Carneiro
Senador Franco Montoro

Prazo para apresentação de emendas: dias 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30 e 31 de outubro e 1.º de novembro.

Secretários: Maria Helena Bueno Brandão e Marcus Vinícius G. Gonzaga. — Diretoria das Comissões — Seção de Comissões Especiais — 11.º andar — Anexo — Senado Federal. — Telefone: 24-8105 — Ramais 303 e 305.

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL**12.ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA), REALIZADA EM 11 DE OUTUBRO DE 1972**

As dezesseis horas do dia onze de outubro de mil novecentos e setenta e dois, no Auditório do Senado Federal, sob a presidência do Sr. Senador Cattete Pinheiro, Presidente, estando presentes os Srs. Senadores Saldanha Derzi, Adalberto Sena, Antônio Fernandes, José Augusto, Waldemar Alcântara e Benedito Ferreira, reúne-se a Comissão do Distrito Federal.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Srs. Senadores Dinarte Mariz, Eurico Rezende, Osires Teixeira, Fernando Corrêa e Heitor Dias.

É lida e aprovada a ata da reunião anterior.

Das proposições constantes da pauta são relatados os seguintes Anexos do Orçamento do Distrito Federal:

— Pelo Senador Saldanha Derzi:

Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado n.º 39, de 1972, na parte relativa ao Texto da Lei e à Receita, com duas emendas, uma ao artigo 5.º e outra supressiva ao art. 7.º e seus incisos.

Favorável ao Projeto de Lei do Senado n.º 39, de 1972-DF, que estima a Receita e fixa a Despesa do Distrito Federal para o exercício financeiro de 1973 — Secretaria de Finanças.

Em discussão e votação são os pareceres aprovados.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião lavrando eu, Claudio Carlos Rodrigues Costa, Secretário da Comissão, a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

COMISSÃO DE ECONOMIA**14.ª REUNIÃO, REALIZADA EM 11 DE OUTUBRO DE 1972**

As dezesseis horas do dia onze de outubro de mil novecentos e setenta e dois, na Sala de Reuniões da Comissão de Economia, sob a presidência do Senhor Senador Magalhães Pinto, Presidente, estando presentes os Srs. Senadores Vasconcelos Torres, Milton Cabral, Geraldo Mesquita, Jessé Freire, Amaral Peixoto, Flávio Britto e Paulo Guerra, reúne-se a Comissão de Economia.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Srs. Senadores Wilson Campos, Augusto Franco, Orlando Zancaner e Helvídio Nunes.

É lida e aprovada a ata da reunião anterior.

Das proposições constantes da pauta é relatada a seguinte:

— Pelo Senador Vasconcelos Torres:

— Favorável ao Projeto de Decreto Legislativo n.º 19, de 1972, que "aprova o texto das modificações introduzidas do Convênio Constitutivo do Banco Interamericano de Desenvolvimento, que foi tornado efetivo e se acha em vigor nos termos da Resolução AG-4/72".

Submetido a discussão e votação, o parecer é aprovado.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião lavrando eu, Claudio Carlos Rodrigues Costa, Secretário da Comissão, a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**25.ª REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA EM 11 DE OUTUBRO DE 1972**

As 16,30 horas do dia 11 de outubro de 1972, na Sala das Comissões, sob a presidência do Senador Daniel Krieger, presentes os Senadores José Sarney, Nelson Carneiro, Antônio Carlos, José Lindoso, Wilson Gonçalves, Accioly

Filho, José Augusto, Heitor Dias, Helvídio Nunes e Arnon de Mello.

Instalada a reunião, são relatadas as seguintes proposições:

Senador José Sarney

Constitucionalidade e juridicidade do Projeto de Lei do Senado n.º 40/72 — Dispõe sobre a propaganda comercial de produtos de consumo público, estabelece obrigatoriedade de descrição de qualidades nas respectivas embalagens e dá outras providências, nos termos do substitutivo que apresenta.

Em discussão e votação, após prolongado debate é aprovado o parecer por unanimidade.

Senador Helvídio Nunes

Inconstitucional e injurídico o Projeto de Lei do Senado n.º 49/71 — Assegura aos ferroviários e demais servidores abrangidos pela Lei n.º 2.752, de 1956, o direito de opção pela aposentadoria através do Tesouro Nacional ou do sistema geral da Previdência Social. Em discussão e votação, é concedida vista do processado ao Senador Nelson Carneiro.

Senador Accioly Filho

Apresenta parecer ao Ofício n.º 11/65 do Governador do Estado do Paraná — solicitando esclarecimentos sobre a Resolução n.º 11/65 do Senado Federal concluindo por Projeto de Resolução retificando a mencionada Resolução de acordo com o teor do julgamento e do esclarecimento do Senhor Presidente do Supremo Tribunal Federal.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Maria Helena Bueno Brandão, Secretária, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

COMISSÃO DE AGRICULTURA**5.ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA 9 DE OUTUBRO DE 1972**

Aos nove dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e setenta e dois, às quinze horas, no Auditório do Senado Federal, sob a Presidência do Senhor Senador Paulo Guerra, Presidente, presentes os Senhores Senadores Amaral Peixoto, Adalberto Sena, Mattos Leão, Flávio Britto e Antônio Fernandes, reúne-se, extraordinariamente, a Comissão de Agricultura. Comparecem, ainda, os Senhores Senadores Alexandre Costa, Wilson Campos, Carvalho Pinto, Saldanha Derzi, Osires Teixeira e Ruy Carneiro.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Daniel Krieger e Vasconcelos Torres.

É dispensada a leitura da Ata da reunião anterior que, dada como aprovada, é assinada pelo Senhor Presidente.

Abrindo os trabalhos, o Senhor Presidente, comunica à Comissão a presença dos Senhores Francisco Jacintho da Silveira, Ruy Brasil Cavalcanti Jr. e Antônio Flávio de Lima, respectivamente, Presidente da Comissão Técnica de Pecuária de Corte da FAESP, Presidente da Federação de Agricultura de Goiás e do Distrito Federal e Presidente da Comissão de Agricultura da FAEG-DF, que, especialmente convidados, comparecem perante este órgão a fim de prestarem esclarecimentos acerca de problemas agropecuários, particularmente os relacionados com a pecuária de corte, sua comercialização e a pecuária do leite.

A seguir, de conformidade com o temário de convocação, os Senhores Francisco Jacintho da Silveira, Ruy Brasil Cavalcanti Jr. e Antônio Flávio de Lima, fazem suas exposições para, posteriormente, colocarem-se às disposições dos Senhores membros da Comissão.

Continuando, os Senhores Senadores Flávio Britto, Alexandre Costa, Wilson Campos, Saldanha Derzi, Ama-

ral Peixoto e Antônio Fernandes têm oportunidade de debater com os convidados assuntos pertinentes às suas respectivas exposições.

Prosseguindo, o Senhor Presidente agradece a presença dos ilustres convidados e passa ao exame das proposições constantes da pauta concedendo, inicialmente, a palavra ao Senhor Senador Flávio Britto.

Em seguida, com a palavra, o Senhor Senador Flávio Britto oferece parecer ao Projeto de Lei do Senado n.º 35, de 1972, que "dispõe sobre as condições de parcelamento da terra quanto ao seu dimensionamento", manifestando-se pela sua aprovação.

A Comissão, por unanimidade, aprova o parecer.

Dando prosseguimento, pelo Senhor Senador Mattos Leão, é proferido parecer ao Projeto de Lei da Câmara n.º 25, de 1972 (n.º 283-B/72 — na Câmara dos Deputados), que "denomina de Horto Florestal Dr. Epitácio Santiago a atual Estação Florestal de Experimentação do Ministério da Agricultura, localizada em Lorena, Estado de São Paulo", concluindo, pela sua aprovação, por considerar a proposição oportuna e merecida.

Concluindo, o Senhor Presidente, determina que as Notas Taquigráficas sejam publicadas no Diário do Congresso Nacional, como parte integrante da presente Ata.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerra a presente reunião e, para constar, eu, J. Ney Passos Dantas, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata, que, uma vez lida e aprovada, será pelo Senhor Presidente assinada.

ANEXO DA ATA DA 5.ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA 9-10-72, ÀS 15:00 HORAS.

**Publicação devidamente autorizada pelo
Senhor Presidente da Comissão**

Presidente: Senador Paulo Guerra.

Convidados: Srs. Francisco Jacintho da Silveira, Presidente da Comissão Técnica de Pecuária de Corte da FAESP; Ruy Brasil Cavalcanti Jr., Presidente da Federação de Agricultura de Goiás e Distrito Federal; e Antônio Flávio de Lima, Presidente da Comissão de Agricultura da FAEG-DF.

Assunto: Depoimentos sobre problemas da Agropecuária e da comercialização da carne.

**Íntegra do depoimento taquigráfico
referido na Ata**

O SR. PRESIDENTE (Paulo Guerra) — Esta reunião da Comissão de Agricultura foi especialmente convocada para tomarmos conhecimento de assunto dos mais atuais — o preço da carne. Foi uma sugestão do nosso eminente colega Senador Flávio Britto, Presidente da Confederação Nacional da Agricultura e um dos mais preocupados com a solução deste problema.

Quero convidar os Presidentes das Federações Agrícolas de São Paulo e de Goiás, para tomarem assento à mesa.

Concedo a palavra ao Senador Flávio Britto.

O SR. FLÁVIO BRITTO — Sr. Presidente, Srs. Senadores, como Presidente da Confederação Nacional da Agricultura, fui convocado pelos Presidentes das Federações de São Paulo, de Goiás e de Mato Grosso, a respeito de dois problemas que estão preocupando a classe patronal.

Como sabem, o Estado de Goiás é um dos maiores produtores de arroz. Outros Estados também produzem este cereal. Acontece, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que esses produtores foram surpreendidos com uma autorização para importação de arroz em tonelagem tão grande, que virá praticamente desencorajar esses empresários.

Reconhecemos, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que o Governo nos tem aumentado a área de financiamento, tem prorrogado o prazo mas quando chega no final da operação de comercialização, o produtor vê-se às vezes impedido de pagar seus compromissos bancários.

Outro problema grave é o da carne.

V. Ex.^a, Sr. Presidente, e os Srs. Senadores conhecem bem o assunto: do mesmo modo, foi aumentada a faixa para o criador — antigamente, o criador era prejudicado, porque era obrigado a vender o bezerro antes de ter um certo peso, ou seja, uma idade que pudesse dar-lhe mais condições.

Ano passado, o Governo deu condições melhores e isso deu também condições para que o rebanho brasileiro se recuperasse mais de que o que vinha acontecendo anos anteriores. Mas a nossa preocupação principalmente do Brasil Central é que essas medidas que estão já se alardeando nos jornais — de que vai ser tabelado, vai ser dado cota, que vai ser diminuída a cota de exportação, isto já está causando pânico também nesta área, motivo por que, Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu pedi a S. Ex.^a o Senador Paulo Guerra convocasse os Presidentes das Federações de São Paulo, Goiás e Mato Grosso para que, de viva voz, fizessem aos Srs. Senadores uma exposição sobre as suas preocupações.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Guerra) — Com a palavra o Presidente da Federação da Agricultura de São Paulo.

O SR. FRANCISCO JACINTHO DA SILVEIRA — Intencionalmente, queria esclarecer aos ilustres Senadores que eu não sou Presidente da Federação da Agricultura do Estado de São Paulo e, sim, Presidente da Comissão Técnica de Pecuária de Corte da Federação da Agricultura do Estado de São Paulo, que, sendo uma Federação que abrange com minúcias todos os setores agropecuários, tem as comissões técnicas para todos os produtos agrícolas, bem como para a pecuária de corte e pecuária do leite.

O nosso Presidente houve por bem designar-me para prestar aos ilustres Senadores da República os esclarecimentos que julgarem necessários ou estiverem à minha altura.

Sobre os preços que nós temos hoje para o boi de corte, tenho aqui documento alinhando alguns comentários que, com a permissão de V. Ex.^{as}, poderei explanar e, posteriormente, estarei à disposição para responder a perguntas que eventualmente sejam de utilidade ou de interesse.

A respeito dos preços que nós temos hoje para o boi de corte, conseqüentemente para a carne, existem muitas interpretações, a maioria delas baseadas na superfície do problema, sem uma análise mais profunda e conseqüentemente nem sempre correspondendo à realidade.

Gostaria de dizer aos Srs. Senadores o seguinte: quando qualquer mecânica de preços é comprimida artificialmente pelos Poderes Públicos, origina-se uma força de descompressão igual e contrária no sentido de funcionar a lei da oferta e da procura, que é uma lei soberana, e em todo regime de economia aberta não aceita mutilações.

O reajuste de preços de boi gordo ocorrido neste segundo semestre de 1972 tem suas origens perfeitamente identificadas:

N.º 1 — No primeiro semestre deste ano, os preços de boi gordo estiveram entre Cr\$ 53,00, no começo do ano, para chegarmos, em maio e junho, ao preço de Cr\$ 51,00 por arroba de carcaça fria. Vigorava o tabelamento branco, comprimindo os preços nesses limites. Esses preços estavam bem abaixo das cotações que vigorariam se os preços fossem livres e pautados no valor das cotações do mercado internacional. O resultado foi que o valor in-

trinseco do boi esteve aviltado e os exportadores faturaram uma margem de lucro elevada em detrimento dos pecuaristas.

Faz vários anos que o Governo adotou uma política de preço que admite um diferencial de preços entre o valor real do boi no mercado internacional e o valor que o Governo deseja que vigore no mercado interno. Então, o frigorífico que abata uma quantidade X de bois, exporte a metade e a outra metade ponha no mercado interno, essa parte que coloca no mercado interno obedece a esse tabelamento branco que o Governo impõe. Mas, a metade que exporta, exporta na cotação do mercado internacional.

Então, se o tabelamento branco admite o preço, vamos dizer, de Cr\$ 51,00 para o boi, o frigorífico exporta a metade, um terço e aquela porcentagem que coloca no mercado interno é ao preço de atacado, carne condizente com Cr\$ 51,00. Mas se o preço que poderia ser pago ao pecuarista, baseado no mercado internacional, fosse Cr\$ 65,00, como foi na última safra, o frigorífico teve sempre um lucro leonino nessa parte que exportou, em prejuízo do produtor interno nosso, porque se fosse só para o mercado interno esse tabelamento espoliaria o pecuarista em benefício da coletividade brasileira. Mas, não é o que se dá. O frigorífico, no que exporta, ganha uma quantidade de lucro muito elevada.

N.º 2 — O Plano de Abastecimento e Exportação de Carnes, feito pelo Governo neste ano, acertadamente vinculou as exportações à estocagem de carne no frio para reforço do abastecimento no segundo semestre. A proporção dessa vinculação também foi muito certa: para cada tonelada e meia de carne exportada, uma deveria ser estocada no frio.

Então, de cada 10 toneladas, o frigorífico exportador é obrigado a por 4 toneladas no frio e tem direito a exportar 6 toneladas. Isto foi um modo que nós, produtores de São Paulo, achamos acertadíssimo porque não queremos exportação à custa da carência do abate interno, à custa do desfalque do abastecimento interno. Queremos o abastecimento interno feito em preços tão justos quanto possível, e que apenas o excedente seja exportado e não retido no País, pressionando o preço interno por excesso de oferta e levando o pecuarista nacional a uma falência de preços como tivemos em outros tempos.

N.º 3 — execução desse engenhoso plano deve ter havido falhas graves, porque no fim do semestre, em junho, havia muitos exportadores que tinham exportado sem depositar a correspondente tonelação nas câmaras e estavam em débito com a obrigação de estocar a proporção estabelecida pelo Governo.

Não sei se V. Ex.^{as} poderão compreender bem, mas na realidade, alguns exportadores, pelo menos, foram exportando aqueles 6/10 e não pondo 4/10 no frio. Quando chegou em junho eles estavam com a obrigação de 4/10 no frio; só haviam exportado o 6/10. E isto deve ter sido uma falha de fiscalização do Governo ou outra providência, vamos dizer, não tão acertada.

O SR. ALEXANDRE COSTA — Sr. Presidente, para uma questão de ordem: eu perguntaria a V. Ex.^a se poderíamos interpelar no decorrer da explanação — para perguntar sobre o que haja dúvida, por exemplo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Guerra) — Não sei se a Comissão gostaria de ouvir primeiro a exposição do representante da Federação da Agricultura de São Paulo e depois fazer as perguntas que julgasse importantes, ou, para dar mais vida ao debate, apartear sua exposição.

O SR. FRANCISCO JACINTHO DA SILVEIRA — Sr. Presidente, preferiria ser perguntado à medida em que fosse lendo.

O SR. ALEXANDRE COSTA — Diz V. S.^a que o produtor entrega o boi aos frigoríficos. Perguntaria, então, a V. S.^a: se 60% dessa produção são exportados e 40% destinam-se ao mercado interno...

O SR. FRANCISCO JACINTHO DA SILVEIRA — Vão para o frio. Além disso, o mercado interno é abastecido normalmente.

O SR. ALEXANDRE COSTA — ... se o preço do produtor ao entregá-lo ao frigorífico é idêntico para exportação e para o mercado interno?

O SR. FRANCISCO JACINTHO DA SILVEIRA — Muita boa a pergunta de V. Ex.^a, talvez mais adiante eu fosse esclarecer esse ponto, que estava um pouco obscuro. O negócio é o seguinte: os preços do boi aparentemente são livres. Digo aparentemente porque existindo um tabelamento branco para o mercado interno, os frigoríficos não podem entregar carne ao atacado a não ser por aqueles preços estabelecidos pelo Governo. Evidentemente se só pode entregar a carne ao atacado por um preço "X", ele só pode comprar o boi condizente com "X", assegurada a margem normal de operação desse estabelecimento. O tabelamento do boi para o pecuarista é indireto. O tabelamento verdadeiro é o do frigorífico para o açougueiro, para o distribuidor, a um preço único, ditado, nestes termos, pela oferta e procura. Mas, durante a safra, que são os meses de janeiro a junho, este gado abatido em todo o Brasil Central — e acredito que em todo o território nacional — é destinado ao abastecimento interno na área; no Brasil Central é destinado uma parte à exportação e outra parte ao frio, na proporção dita, mas ao mesmo tempo estamos entregando carne. Essa que vai para o frio só vai ser utilizada a partir de agosto até dezembro: é uma reserva para a entressafra, que é o tempo de escassez. Acredito que está esclarecido.

O SR. ALEXANDRE COSTA — Entendi bem e agradeço a V. Ex.^a

O SR. FRANCISCO JACINTHO DA SILVEIRA — Essa irregularidade, que é o fato de eles não terem exportado ao mesmo tempo 6 sobre 10 e estocado 4 sobre 10, que é obrigação imposta pelo Governo, e ficam exportando sem estoque, esta irregularidade poderia resultar, para esses faltosos, em redução de suas cotas de exportação no ano seguinte. É a ameaça que o Governo tinha para quem não cumprisse essa obrigação. Para porem suas contas em dia, esses frigoríficos, ao entrarem no mês de julho, precisaram acelerar os abates, destinando a carne às câmaras de estocagem; eles precisam por as contas em dia para não ficarem em falta com o Governo nem sofrerem prejuízos nas exportações futuras. Intensificaram suas compras futuras. O Governo queria, através do tabelamento compreensível, os preços abaixo das cotações de valor intrínseco do boi. Foi apenas esses frigoríficos baixarem, comprar mais boi que o necessário para acertar essa compra de estocagem. Então o mercado reagiu, que é uma coisa muito natural: quando o vapor está sob pressão intensa, ao chegar a um ponto fraco, escapa. Esta procura excepcional gerou o primeiro levantamento de preços. Os preços, então, subiram e uma das razões para isto foi uma imperfeição em um plano muito certo do Governo, que era de fiscalizar a exportação. O plano era bom, mas, aplicado com imperfeição, resultou nestes prejuízos.

Além do mais, julho é o primeiro mês de entressafra época em que o boi começa a perder peso. Os pecuaristas deparam então com um excesso de procura. Os bois perdem peso, pois um boi que dava 17 arrobas, em julho dava somente 16 e meia e ainda com mais procura, pois o boi começou a subir de preço muito rapidamente.

N.º 4 — O Governo, na entressafra de 1971, cercou de tal maneira o reajuste dos preços do boi, que obteve, aparentemente êxito. A safra de 1971 fechou com Cr\$

43,00 em junho e, vagarosamente, chegou a CR\$ 50,00 em outubro, para retornar a 48 e 49 em novembro e dezembro.

Este mesmo tabelamento branco que o Governo aplicou este ano, aplicou no ano passado e aparentemente com êxito, porque conseguiu segurar razoavelmente os preços, porque o boi, só em outubro, deu 50 cruzeiros. Portanto, 43 cruzeiros em junho, 50 em outubro, 48 e 49 em novembro e dezembro.

Os pecuaristas que retardaram seus bois gordos, guardando-os para vendê-los na entressafra, terminaram perdendo dinheiro com tão pequeno reajuste. Os preços somente foram melhorar em janeiro, em plena safra, quando saiu o reajuste de preços através do novo tabelamento branco.

Nesta parte aqui o Governo tem — pelo menos os economistas do Ministério da Fazenda têm — uma filosofia de reajuste que teoricamente pode ser certa, mas na prática não funciona: acham que não podem reajustar o preço do boi na entressafra, porque é época de falta de mercadoria; que seria melhor — a conceder reajuste como vem concedendo — conceder reajuste no fim de dezembro, porque janeiro já é época de safra, há muito boi e o reajuste pode, então, ser rigorosamente observado. Ora, tal ponto de vista não é válido, porque se o pecuarista tem boi pesando 17 arrobas em maio e não o vende, deixa para fazê-lo em outubro, setembro ou agosto, esse mesmo boi, nessa época, pesará 15 arrobas e meia; perde, no mínimo, uma arroba e até uma arroba e meia, durante o frio e a seca que normalmente ocorrem. Então, o mesmo boi de 17 arrobas, quando tem 15 arrobas e meia, tem que valer mais por arroba, por duas razões: primeiro, porque é o mesmo boi e, segundo, porque ficou mais de quatro meses na internada. E ficando quatro meses na internada, gastou pastos, juros desse investimento e, quando morre o boi, não é mais o boi magro, é um boi gordo. Ele gastou os peões, sal, enfim, realizou todas as despesas normais de internagem, numa época em que as despesas são mais elevadas, pois um boi de quinhentos quilos consome mais do que boi de 300 quilos. Fica mais caro reter na internada um boi gordo. Então, encarecido por todas as despesas, mais a perda de peso, não pode o boi ser vendido sem reajuste de preço. É uma questão de pura contabilidade.

O que houve, resumindo, é o seguinte: nós, os pecuaristas, dependendo da qualidade das pastagens, condições de clima, etc., normalmente deixamos um pouco de boi para vender na entressafra. Não mandamos todo o gado em maio para o abate, porque o preço sempre melhora. Quando há condições boas, o pecuarista pode se beneficiar deste — vamos dizer — artifício de deixar esses bois para vender. Mas quem fez isto no ano passado, com as providências que o Governo tomou, o boi subiu tão pouco que o pecuarista perdeu dinheiro. Isto porque ele fez despesas durante todo o tempo e o aumento de preço não compensou. Este ano, ninguém deixou boi para a entressafra.

O mal da interferência do Poder Público na iniciativa privada é que isso desorganiza, desarvora a iniciativa privada. Então, este ano ninguém deixou boi para vender na entressafra, porque o Governo pode tomar as mesmas providências e como o pecuarista já perdeu dinheiro no ano passado, não vai perder este ano e, portanto, não vai deixar boi para vender na entressafra.

Então, a nossa entressafra, este ano, estaria já com dois fatores na tendência de levar à alta. O primeiro foi o desfalque no acerto da estocagem. Em julho vários frigoríficos precisaram comprar boi meio correndo, para acertar essa conta. Não encontraram boi retardado, porque no ano passado retardaram, não houve a procura esperada e este ano não retardaram. E um outro fator é que há de tal maneira entusiasmo, confiança desenvolvimentista na pecuária do Brasil Central, sobretudo, que é a

região que conhecemos melhor, a vaca adquiriu tal valor, que ninguém mais manda vaca para o abate: todo mundo retém as vacas matrizes no sentido de aumentar o rebanho. Podemos ter toda confiança que enquanto não mandamos a vaca para a matança podemos ter certeza que nosso rebanho está crescendo. Não adianta o IBGE mandar um número otimista e ufano de matança de vacas; aí não está aumentando, está diminuindo nosso rebanho. No ano de maior interferência da SUNAB, matamos quase que tantas vacas como bois, pelas folhas de matança que o DIPOA, do Ministério da Agricultura, publica. E posso depor aqui, perante os Srs. Senadores, o que presenci, em 1957: no auge da interferência da SUNAB, em Ponta Porã, um fazendeiro me ofereceu umas vacas: fui vê-las, e as vacas estavam todas prenhes, próximas de parição. “Mas, o senhor não pode vender as vacas. Elas estão gordas, próximas de parir. O senhor pode reter as vacas e aproveitar os bezerros.” — “Mas o dia em que as vacas parirem, vão valer menos do que agora, que estão gordas; porque agora quero vender, quero abater, porquanto faço um pouco mais de dinheiro. Depois de parirem, as vacas emagrecem, pois os bezerros mamam o leite. O bezerro vale muito pouco. Se uma vaca parida vale mais que antes de parir, então quero matá-la rápido, antes de parir.”

A subversão da conceituação econômica era tal que uma vaca parida valia menos que uma vaca gorda, sem parir. Então, é o caso de criarmos vaca maninha, que não dá bezerro, que sempre está gorda, e vale mais dinheiro. É verdadeira subversão, em face da interferência da ... SUNAB, comprimindo preços, desvalorizando o rebanho, desarvorando os pecuaristas. Hoje, assistimos a um panorama completamente diferente. Os pecuaristas só mandam para o abate fêmeas com defeito, fêmeas não aptas para a criação, em última análise. Então, podemos estar esperançosos. Se o Governo conduzir a política da pecuária de carne sem um revés decepcionante, podemos ter a certeza de que caminhamos para, dentro de uma dezena de anos, exportar 500 mil toneladas de carne, com a renda possível de 500 a 600 milhões de dólares para o País.

As leis normais que regem os preços ficaram subvertidas pelas medidas artificiais adotadas pelo Governo. É o caso de ninguém deixar boi para a entressafra.

Conhecendo o esquema do Governo no corrente ano, os pecuaristas temerosos de perder novamente dinheiro retardando uma parte de seus bois para a entressafra, procuraram comercializá-los na safra, nada retendo para o segundo semestre.

A entressafra corrente só conta com os seus próprios bois de entressafra, isto é, bois que completam 12 meses de pasto nesta época do ano. Porque na entressafra se abate os bois retardados que estavam prontos na safra que expliquei e também, depois dos primeiros meses de entressafra os bois que entre na safra, quer dizer, que entre em agosto, setembro, outubro, novembro e se as condições de pastagens são boas, eles dão 20, 30, 40%, também na safra. Quer dizer que existe o boi retardado, e o boi da própria safra. O boi da própria safra, nós temos ele inteirinho aqui. É o boi que está sendo abatido, é o boi da safra.

Esta retaguarda enfraquecida no abastecimento de bois, e o exposto no Item 3, que é o atraso na conta da estocagem, elevaram, de julho a setembro, os preços do boi gordo ao atual preço de 65,00. Então, é o tal negócio. No ano passado na entressafra o boi reajustou 14 ou 15%. Esse ano reajustou 25%. É um reajuste aparentemente elevado, mas se tirarmos a média de 15 com 25 dá 40, dividido por dois a média dos dois anos é sempre os 20%, mesmo do índice inflacionário, quer dizer, aproximados do país.

Contudo, o boi gordo no Brasil ainda é dos mais baratos no mundo. Na América Latina, só o Paraguai tem preços menores. No Peru, no Chile, na Colômbia, na Ve-

nezuela, no México, os preços vigorantes são em torno do dobro dos preços brasileiros. No Peru é mais do que o dobro. Diga-se de passagem que os menores preços vigorantes no Brasil para o boi gordo, em 1972, foram os do Brasil Central. No Norte, Nordeste e Rio Grande do Sul os preços foram mais altos. De fato, as notícias de preço que nós tivemos durante a safra, do Ceará, do Acre, do Nordeste e do Rio Grande do Sul sempre foram iguais ou menores do que os preços do Brasil Central.

O SR. WILSON CAMPOS — O Sr. me permite. O Sr. falou em todos os países da América Latina e não mencionou o Uruguai e Argentina. Qual é a diferença?

O SR. FRANCISCO JACINTHO DA SILVEIRA — A pergunta de V. Ex.^a é muito procedente porque eu não mencionei esses países. Não posso lhes adiantar os preços da carne da Argentina e do Uruguai hoje. Mas posso adiantar-lhes que, em média, devem ser iguais aos do Brasil, porque os compradores de carne da Argentina e do Uruguai são os mesmos compradores do Brasil. Se nós exportamos para os países do Mercado Comum Europeu e eles também exportam, a não ser que eles tenham algum artifício semelhante a esse tabelamento branco que temos aqui no Brasil e os preços internos devem ser semelhantes ao nosso, porque os preços de venda para o exterior, apesar da carne do Brasil Central, no passado ter uma fama de zebu, menos valorizada, etc., posso adiantar aos ilustres Senadores que a carne do Brasil Central, hoje, na área dos zebuínos, é muito bem cotada na Europa, porque é uma carne magra, muito procurada, uma vez que os habitantes desses países industrializados têm vida muito sedentária e evitam por todos os meios o consumo de gorduras.

De modo que as carnes do Brasil Central são bem cotadas e penetraram muito bem nesses últimos cinco anos no mercado da Europa.

Atualmente, há uma tendência para a estabilização dos preços do boi gordo, cuja cotação, de Cr\$ 65,00 por arroba, já vigora há cerca de 30 dias. E as chuvas copiosas que estão beneficiando as pastagens do Brasil Central favorecem o rápido acabamento de engorda dos novilhos.

A crise já passou e o abastecimento normaliza-se.

A respeito do abastecimento, eu desejava informar aos ilustres Senadores da República o seguinte: há menos falta de carne na realidade do que na aparência, porque o que acontece na entressafra é que quem manda no mercado é o fornecedor de carne e não o açougueiro comprador, e na safra o açougueiro faz do vendedor de carne tudo quanto quer. Ele compra a carne, leva 20 dias, 30 dias para pagar e está com aquela carne, com dificuldade de colocar e vai tolerando tudo quanto é exigência do comprador da carne. Quando chega a entressafra, o frigorífico já não tendo facilidade de comprar o boi barato ou talvez ainda tendo uma redução de 50% na matança no segundo semestre, que é prevista em lei, ele escolhe os seus compradores de carne. Então, os supermercados em geral têm a preferência dos frigoríficos. Os açougueiros, sobretudo os açougueiros maus pagadores, ficam sem receber carne. Então, esses são os que mais gritam, alegando que não recebem carne.

De modo que, realmente, pode haver uma crise de alguns dias, com uma certa dificuldade de abastecimento, mas, normalmente, é o mau comprador, o mau açougueiro quem fica sem carne e dá a grita.

O SR. SALDANHA DERZI — V. Ex.^a permite um aparte?

O SR. FRANCISCO JACINTHO DA SILVEIRA — Pois não.

O SR. SALDANHA DERZI — Como explica V. S.^a a falta de carne este ano, com um programa de estocagem, por parte do Governo, maior do que do ano anterior, ou, pelo menos, de obrigatoriedade de os frigoríficos estoca-

rem uma percentagem do que vão exportar e mesmo financiamento por parte do Banco do Brasil e de outros órgãos para estocar? O Governo assegurava que tinha carne suficiente para aguentar a entressafra, tanto que reduziu em 50% o abate. Mas, no ano anterior ocorreu normal o suprimento de carne para o mercado nacional e este ano, mesmo antes da entressafra, já havia falta de carne, o que provocou uma alta inusitada, o que não ocorreu no ano anterior. Como V. S.^a explica isso?

O SR. FRANCISCO JACINTHO DA SILVEIRA — Repito duas razões que acho importantes e há uma terceira que já estava para explicar. A primeira razão é que a entressafra deste ano não contou com o boi retardado, porque quem guardou boi retardado, no ano passado, perdeu dinheiro e este ano não retardou boi. Este é o boi que aguenta, realmente, os primeiros meses da entressafra porque é um boi que, dando 18, 17 ou mesmo 16 e meia arrobas em maio, só é guardado pelos invernistas que dispõem de pastagens e climas muito adequados. Este boi, que normalmente deveria perder uma arroba e meia ou duas, é guardado porque as pastagens estão boas, estão consorciadas ou estão conservadas, seja lá por que razão favorável. O invernista prefere não vender, mas deixá-lo para a entressafra. Então, ele perde menos, vamos dizer, perde uma arroba. Este é um boi de 17 arrobas, mas que dá 16 em agosto e setembro. Mas não é uma ponta de boi, é um lote de 500 ou mil bois ou mais, com um peso muito satisfatório, que existiu sempre em todos os anos.

Eu mesmo sempre fui um invernista que teve bois na entressafra. No ano passado deixei e perdi muito dinheiro, porque esse foi me custou muito dinheiro para permanecer mais 4 meses no pasto, para depois ter uma venda decepcionante, em face das providências cerceantes de preços que o Governo tomou e aparentemente acertou. Digo acertou aparentemente, porque deu resultados no ano passado com um reajuste só de 14 ou 15% entre a safra e a entressafra. Mas, este ano, eu não deixei e, como eu, a maioria dos invernistas, porque preferiram vender todo o seu boi na própria safra e não deixaram boi para a entressafra. Então, a entressafra não contou com esse boi retardado. É a primeira razão.

A segunda razão é a exportação vinculada à estocagem é um plano incontestável, certíssimo. Os Ministérios da Agricultura e da Fazenda se engrenaram certamente para conceber esse plano tão digno de todos os elogios, porque nenhum cidadão brasileiro deseja exportar um absurdo e depois não ter carne para comer. Todos nós queremos o abastecimento interno e a exportação do excedente. Muito bem. E este programa é tão inteligente, que garante uma cota de carne para o tempo de falta que é a entressafra. Deveriam estar aí as 40 mil toneladas de carne. Se não estão, são falhas do plano que eu não tenho condições de informar.

O SR. SALDANHA DERZI — Acredita V. S.^a que tivessem sido estocadas as 40 mil toneladas?

O SR. FRANCISCO JACINTHO DA SILVEIRA — Eu não tenho elementos para responder, mas adianto a V. Ex.^a que não acredito, acho que V. Ex.^a está mais certo do que errado. O que lhe asseguro é que eles, inquestionavelmente, exportaram aquelas 6 toneladas sobre 10 e não estocaram as 4 sobre 10. Foram exportando as 6 sobre 10 no intuito de acertar contas mais tarde. No entanto, quando chegou o mês de julho, temerosos de não terem carne para comercialização e posteriormente ficar sem cota de exportação, saíram correndo por aí, procurando comprar boi. O resultado é que o mercado, comprimido pelo tabelamento branco representou uma caldeira que está sob pressão excessiva: qualquer ponto mais fraco na tubulação se romperá. Foi, então, essa a segunda razão: a má aplicação do plano de estocagem.

A terceira razão, e la agora me referir a ela, é a de que as matanças de vacas se reduziram e o bezerro, hoje, vale dinheiro. O criador não vende uma vaca que lhe

possa produzir um bezerro. Então, mataram-se menos vacas em 1969 do que em 1968; mataram-se menos no ano seguinte do que no ano anterior, até que se mataram menos vacas em 72 do que em 71. Então a vaca contribuiu menos para o abastecimento do mercado, embora, deva-se ressaltar, essa política tenha contribuído para o crescimento do nosso rebanho.

O SR. ALEXANDRE COSTA — Depreendi de tudo isso que V. S.^a disse, deixando de lado qualquer erro que porventura tenha havido no plano, que a causa principal foi a venda da grande produção na safra...

O SR. FRANCISCO JACINTHO DA SILVEIRA — Perfeitamente.

O SR. ALEXANDRE COSTA — ... em virtude do medo, do pavor, do produtor de vendê-la na entressafra e não receber aquele reajustamento condizente com as despesas, com o custo do boi na internada. Logo, também conclui que tanto o retardamento quanto a entressafra não são absolutamente especulação do produtor.

O SR. FRANCISCO JACINTHO DA SILVEIRA — Isso eu lhe asseguro com absoluta convicção. Não existe, no Brasil, pelo menos, nenhuma classe mais individualista do que a dos pecuaristas. Não adianta o compadre, o primo, o tio, dizer: venda, ou não venda, o boi — o pecuarista não ouve ninguém, não se alia a ninguém. Ele tem os seus problemas de pasto, de necessidade de dinheiro, que ninguém consegue fazer uma "parede", ou qualquer movimento. E ninguém cogita disso, felizmente, apesar de alguns setores do Poder Público viverem sempre dizendo que os pecuaristas fazem movimento para provocar alta e essas coisas todas. Não existe movimento, de maneira alguma, e nós costumamos dizer que boi morto é como banana madura — precisa ser consumido.

O pecuarista quando tem seu boi e acha que o plano de venda está bom e sabe que há uma boiada magra para comprar, ele vende o boi gordo e compra o magro para colocar no lugar. A única coisa de que ele realmente tem medo é de vender o boi gordo e não encontrar o magro para comprar, como já aconteceu algumas vezes, em que ele vendeu o boi gordo por "X" e comprou o boi magro por "X" mais alguma coisa, e ficar descapitalizado, em face do movimento de mudança de preço ou outra qualquer coisa.

O SR. ALEXANDRE COSTA — Quer dizer que todo produtor que vende na entressafra ou vende o boi retardado, perde no peso e no reajustamento que é idêntico à safra.

O SR. FRANCISCO JACINTHO DA SILVEIRA — Este ano se alguém fez isto saiu ganhando, porque foi um ano em que o reajuste foi para o ano e para pagar o do ano anterior, forçado pela própria mecânica do Governo.

O SR. RUY BRASIL CAVALCANTI — Apenas um reforço, nas hipóteses do Sr. Francisco Jacintho. Em Goiás, ano passado, foram comercializadas e abatidas um total de 1 milhão e cem mil reses durante todo o ano. Até julho deste ano, uma grande quantidade já foi comercializada e abatida.

O SR. WILSON CAMPOS — Neste caso o que é maior: o consumo ou a exportação?

O SR. FRANCISCO JACINTHO DA SILVEIRA — (Inaudível).

Terminando a minha exposição eu diria o seguinte: o Rio Grande do Sul nunca perdeu a sua tradição de exportador de carne congelada. Mas as carnes do Brasil Central tiveram que enfrentar sérios problemas para penetrar no mercado mundial.

Entretanto, nestes cinco anos, nossas carnes zebuínas se firmaram, se conceituaram junto aos compradores e adquiriram hoje um patrimônio importante que se

chama "tradição no mercado". Temos medo é do Governo se impressionar com este reajuste maior de preço do boi, que houve nessa entressafra, sem devidamente fazer essa interpretação que ele foi deficiente na entressafra anterior, e tomar uma providência cerceante de exportação. É que nós reivindicamos que o esquema de exportação do ano que vem seja semelhante ao esquema deste ano, porque sabemos que o rebanho está crescendo, que há um afã desenvolvimentista na pecuária e se o Governo cortar as exportações, ou reduzir a exportação, no ano que vem, os preços se aviltarão e será um desencorajamento total esse impacto de crescimento que está tendo a nossa pecuária.

O SR. WILSON CAMPOS — O Sr. não acha que o Governo deva fiscalizar dentro de um limite rigoroso, ou melhor, para que isto não volte a acontecer? Porque no proporcional que há, se o exportador tem de exportar 6/10 e estocar 4/10, e ele não o faz, vai continuar exportando além da proporção determinada, se o Governo não tomar providências para uma melhor fiscalização, pelo menos para mudar de setor ou de exportador.

O SR. FRANCISCO JACINTHO DA SILVEIRA — Certo. Não conheço a mecânica de fiscalização que o Governo tem mantido para esse esquema, mas ele deve ser muito rigoroso nessa fiscalização.

O SR. WILSON CAMPOS — Mas não foi.

O SR. FRANCISCO JACINTHO DA SILVEIRA — Compartilho da dúvida do Senador Saldanha Derzi, a respeito dessa estocagem. Mas só tenho uma dúvida, porque sou pecuarista e não conheço essa mecânica interna que o Governo tem controlado. Mas é necessário que este esquema seja rigoroso.

O SR. WILSON CAMPOS — Mas o senhor não acha, por exemplo, de acordo com a venda, como o Sr. disse, aí, no relato, que houve mais venda, mais procura no mês de junho ou julho, porque alguém precisou se compor?

O SR. FRANCISCO JACINTHO DA SILVEIRA — É verdade. Isto é uma fato conhecido e público.

O SR. WILSON CAMPOS — É notório que não houve a fiscalização, e alguém não estocou o que devia.

O SR. FRANCISCO JACINTHO DA SILVEIRA — É necessário que a fiscalização seja rigorosamente bem feita.

O SR. WILSON CAMPOS — Exportou, quando não tinha para exportar; exportou porque tinha que estocar.

O SR. SALDANHA DERZI — O próprio pecuarista deseja isso.

O SR. FRANCISCO JACINTHO DA SILVEIRA — A estocagem é uma decorrência da função pública. Ele tem que fiscalizar.

O SR. WILSON CAMPOS — Exportou o que não lhe pertencia.

O SR. SALDANHA DERZI — O próprio pecuarista deseja que o Governo leve a rigor a fiscalização, porque esses desajustes são todos debitados aos pecuaristas, depois.

O SR. WILSON CAMPOS — Sempre "pagamos o pato".

O SR. SALDANHA DERZI — Exato. Os pecuaristas é que "pagam o pato". Assim, temos interesse em que o Governo fiscalize, a rigor, para que os desajustes, os erros, não sejam debitados aos pecuaristas, que, no final, são sempre as vítimas.

O SR. FRANCISCO JACINTHO DA SILVEIRA — As lideranças pecuárias, no Brasil Central, hoje, são muito responsáveis. Não desejamos, de maneira nenhuma, criar problema para o Governo, de quem somos admiradores e com quem estamos inteiramente solidários. Só queremos defender os nossos interesses dentro da compatibilidade com o bom andamento da administração do Governo que

temos. Frequentemente, "pagamos o pato" por erros de outras classes. É o que desejamos salvaguardar. No nosso entender, o Brasil Central tem sido prejudicado nesse sistema de cotas. Depois que passamos a dispor dessas rodovias que cortam o País de norte a sul e leste a oeste, o Brasil Central é obrigado a estocar 4 sobre 6 exportados, mas o Rio Grande do Sul pode estocar 1 sobre 5. Aachamos que, uma vez que tudo é Brasil e que as distâncias de Porto Alegre a São Paulo são semelhantes às de Campo Grande a São Paulo e outros pontos como Anápolis, que têm distâncias iguais ou poucos maiores que Porto Alegre, as responsabilidades do Rio Grande deveriam ser semelhantes às do Brasil Central, mesmo porque nós podemos citar o exemplo do café. Quando o café estava tabelado, um tipo do café moído em Porto Alegre, Uruguaiana ou em Rio Branco, no Acre, custava o mesmo preço que em Ribeirão Preto, em São Paulo, que é um centro produtor de café, ou em Londrina. De modo que se alguma coisa pudesse ser feita, seria dar alguma ajuda de carreto a esses pontos como Anápolis, Campo Grande e Porto Alegre, que são mais distantes. Mas a responsabilidade de São Paulo e Rio deveria ser igualmente distribuída entre todos os centros pecuários que exportam; os que não exportam estariam livres.

O SR. WILSON CAMPOS — O Senhor poderia explicar-me, a mim que sou leigo, por que esse tratamento de 1 sobre 5 para o Rio Grande e 4 sobre 6 para o lado de cá?

O SR. FRANCISCO JACINTHO DA SILVEIRA — Infelizmente sou tão contra isto, que não vejo uma explicação, a não ser uma discriminação na qual não posso acreditar. Não posso acreditar que o Governo favoreça uma parte em detrimento de outra.

O SR. AMARAL PEIXOTO — V. Ex.^a me permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Britto) — Concedo a palavra ao nobre Senador Amaral Peixoto.

O SR. AMARAL PEIXOTO — Neste momento, no início do inverno e até agora o criador do Rio Grande está com o gado gordo sem encontrar comprador. Atravessa um inverno nas piores condições possíveis. Felizmente este inverno não foi tão rigoroso como o do ano passado, em que houve mortandade de 5 a 10%. Mas, para o Rio Grande — não tenho procuração para falar em nome dele, mas sou ligado ao Estado e tomo parte neste debate — o Rio Grande tentou, através de frigoríficos que eram orientados por pecuaristas, mandar carne para o Rio e São Paulo, mas o frigorífico que fazia isto faliu. Isto não é econômico. Em primeiro lugar, tentou criar no Rio e em São Paulo um mercado para carne de ovelha. Não conseguiu. A carne vinha e não era consumida. Depois, mandou carne recheada e havia grandes dificuldades na distribuição da carne, de modo que, se não se exportar, acontece o que aconteceu este ano. Ele fica com boi gordo e enfrenta o inverno. O resultado é que o pecuarista do Rio Grande, seduzido pelo trigo, está abandonando a criação e está procurando plantar trigo, que dá muito mais.

Tenho experiência disso. Visitei fazendas em que pastagens enormes estão transformadas em campos de trigo e de soja, de modo que a exportação do Rio Grande é uma necessidade, em benefício da pecuária gaúcha.

Se o Governo organizar um plano para subvencionar o transporte, aí é que talvez seja possível. Não acredito que o transporte rodoviário seja razoável para o caso, apesar das estradas asfaltadas, apesar das maiores facilidades de transporte, de caminhões de frio. Não vejo economicidade. Era o depoimento que queria prestar.

O SR. FRANCISCO JACINTHO DA SILVEIRA — Não posso contestar a informação que acabo de receber do ilustre Senador porque não conheço os estoques de gado gordo existentes no Rio Grande neste momento. O que

posso saber é que o Rio Grande teria este ano um ano mais favorável do que o normal, digamos. Comumente, o inverno lá é muito mais rigoroso do que aqui e o boi perde peso muito mais acentuadamente do que no Brasil Central. A disponibilidade de boi gordo na entressafrã no Rio Grande é menor, há mais falta de boi gordo na entressafrã do que no Brasil Central. Mas pode acontecer que este haja excedente não exportado no Rio Grande. Desconheço — V. Ex.^a não — mas acredito plenamente na informação que acabo de receber.

O que acontece é que o Rio Grande, tendo esse excedente, não pode no momento compartilhar desse abastecimento do Brasil Central, se não tiver feito parte de um plano de abastecimento de mercados e açougues; porque, se não está previsto no plano, nenhuma organização existiria para transportar essa carne. Para o Rio Grande ter alguma responsabilidade no abastecimento do Brasil Central, era preciso haver uma antecedência prevista, que se montasse um esquema de participação do Rio Grande. Uma vez que está fora, se acontece alguma crise no Brasil Central, de um momento para outro mobilizar essa carne que existe no Rio Grande é meio difícil de executar. Depende de carretas apropriadas, de frotas contratadas e uma série de outras providências que não são feitas à última hora. Então, seria necessário que constasse de um plano antecipado. Pode ser esta a razão pela qual houve eventualmente falta de carne no Brasil Central, sem que o Governo pudesse colaborar nessa crise, porque não faz parte do plano. Com antecedência, deveria ser incluído o Rio Grande na responsabilidade do abastecimento do Brasil Central.

O SR. ALEXANDRE COSTA — Vou interromper V. Sa. pela última vez, para explicar o seguinte: quando falei que depreendia que não havia especulação por parte do produtor, eu já sabia que pode haver por parte do revendedor e dos frigoríficos. Não incluo o Norte, mas falo em nome do Meio-Norte, onde se situa o meu Estado, o Maranhão. O Senador Saldanha Derzi falou dos financiamentos que existem por parte do Banco do Brasil e do Banco do Nordeste, cuja retenção não atinge dois por cento. Quando os pecuaristas do Norte e do Nordeste pagam 17% — agora reduzidos para 15% — a todas as entidades que emprestam dinheiro. A realidade é que o Meio-Norte e grande parte do Nordeste é sacrificada, a grande sacrificada do Brasil.

O SR. RUY BRASIL CAVALCANTI — A respeito do problema de cotas, nossa opinião é que essa diferença de tratamento prejudica seriamente o Centro-Oeste, que é considerado área de abastecimento do mercado interno. Basta que analisemos as diferenças existentes entre as toneladas de exportação, em torno de 900, 920 e 990, variando, e o preço do mercado interno. Quer dizer, o Centro-Oeste, em qualquer medida que o Governo tenta normalizar o preço do custo de vida, ele será sempre mais prejudicado do que o Sul, que tem essa válvula de escape, que é armazenar 1 e exportar 5; enquanto nós armazenamos 4 para exportar 6.

O SR. FRANCISCO JACINTHO DA SILVEIRA — Voltando ao assunto do ilustre Senador pelo Maranhão, devo esclarecer o seguinte:

Os economistas do Ministério da Fazenda, encabeçados pelo Dr. Eduardo de Carvalho — que é economista brilhantíssimo, ao qual rendo inteira homenagem — sou obrigado a reconhecer que essa equipe parte, ao fazer os cálculos do reajuste do boi, de uma premissa falha. Tomam o preço do bezerro em 1967, em plena atuação da SUNAB, e fazem o cálculo que o bezerro vale 350 e até mais de 400 cruzeiros. E, chegam à conclusão de que houve 500 e 600% de valorização, e que, portanto, já subiu um absurdo esse bezerro, e a mesma coisa seria válida para o boi morto.

No entanto, o negócio é diferente: porque, quando o criador vendia o bezerro, em 1967/1968, por 90 cruzeiros,

só não houve falência porque deu tempo para o Governo reformar essa política antes que ela acabasse com o rebanho. E muitos não puderam evitar que acabassem os rebanhos: o rebanho ou foi abatido ou foi para outras mãos. O bezerro vendia-se por noventa cruzeiros em 1967/1968, sem que lhe fosse debitado o mínimo do valor do pasto, da mão-de-obra. Já o bezerro deveria ter um custo acima de duzentos cruzeiros e se vendia por noventa cruzeiros, descapitalizando-se o pecuarista de ano para ano. Não podemos partir do preço da comercialização. Hoje, o bezerro vale quatrocentos cruzeiros. A SUNAB deveria partir do valor do custo dele naquele tempo. De modo que a equipe do Ministério da Fazenda sempre acha que os pecuaristas são favorecidos enormemente no reajustamento do preço do boi e o bezerro é a chave de tudo. O boi vale, mas se não tiver o bezerro não há boi. Os invernistas de São Paulo, há muitos anos, nos compenetraram disto. Não pedimos nada. Pedimos amparo para o criador que, com toda a certeza, cuida de uma vaca para produzir um bezerro. Sem nascer essa riqueza — que é o bezerro — nunca se pode ter carne, nunca o invernista pode ter uma atividade sem possuir matéria-prima que é o boi que vem do bezerro.

Termino aqui:

Verificando as porcentagens de matanças de vacas nos últimos anos, constatamos que cada vez abatemos menos matrizes.

Consequentemente, estamos com nosso rebanho em franca expansão. Não é apenas a ocupação da Amazônia, com os projetos da SUDAM, que aumenta nosso rebanho. No Brasil Central, estamos ocupando com gado todas as áreas úteis e, fato marcante, nossos pecuaristas das terras velhas de São Paulo estão se sensibilizando à aplicação de tecnologia moderna: estão arando, adubando, consorciando com leguminosas, numa confiança desenvolvimentista que apresentará em futuro breve resultados auspiciosos na produtividade.

Esperamos, para 1973, um Plano de Exportação e Estocagem de Carnes, que seja ao menos igual ao de 1972. Temos um Governo eficiente e que sem dúvida corrigirá as falhas do excelente plano de estocagem deste ano, — é o caso que comentamos — de sorte que a carne seja posta no frio concomitantemente com a exportação, evitando-se que frigoríficos menos cautelosos venham estocar à última hora e promovam o desequilíbrio entre a oferta e a procura.

Com nossos rebanhos em franca expansão, com a tradição adquirida como exportador, acreditamos que o Brasil Central, que já fornece mais de metade de nossas divisas originárias de carnes, ano a ano aumentará seu contingente de divisas, sem prejuízo do abastecimento interno.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Guerra) — Srs. Senadores, além do Dr. Francisco Jacintho da Silveira, Presidente da Comissão Técnica de Pecuária de Corte da Federação da Agricultura do Estado de São Paulo, e do Dr. Ruy Brasil Cavalcanti, Presidente da Federação da Agricultura do Estado de Goiás, encontra-se presente o Dr. Antonio Flávio de Lima, ex-Secretário da Agricultura de Goiás e atual Presidente da Federação da Agricultura de Goiás e Distrito Federal, que também externará seu pensamento, num trabalho de complementação à exposição do Dr. Francisco Jacintho da Silveira.

Convido o Dr. Antonio Flávio de Lima a tomar assento à mesa dos trabalhos. (Pausa.)

Com a palavra o ilustre convidado.

O SR. ANTÔNIO FLÁVIO DE LIMA — Sr. Presidente da Comissão de Agricultura do Senado, Srs. Senadores. Outro assunto a ser tratado hoje, nesta reunião, diz respeito à possível importação de arroz pelo Governo federal.

Para nós da agricultura, para o meio rural de Goiás, esse fato tem causado séria preocupação, porque, como é do conhecimento dos Srs. Senadores, é o arroz um dos mais importantes produtos da nossa economia primária. Juntamente com a pecuária este produto representa quase 50% da nossa receita de ICM e é bom que se lembre nesta oportunidade que há cerca de dois anos, numa reunião para lançamento de uma campanha de produtividade pelo Governo Federal e pelo Governo do Estado, foi feito um apelo, pelas classes produtoras da agricultura, ao Ministro da Fazenda para que amparasse o arroz por ser aquele produto o produto vital à nossa economia. Entretanto, o apelo que foi feito ao Exmo. Sr. Ministro da Fazenda não teve a receptividade que os nossos agricultores esperavam. Havia uma euforia naquele Estado pela diversificação da agricultura, muito lógica uma vez que diversificando o Estado nos livrariamos dos males da monocultura do arroz. Mas diversificar sem amparar também um dos produtos dos mais importantes para a nossa economia como o arroz, seria uma verdadeira loucura, e não tendo receptividade aquele apelo, pois vínhamos de uma grande safra de arroz em 1970; a safra de 1971 foi em parte frustrada pelas condições de clima desfavoráveis ao cereal. Mas com o acúmulo de estoque, em 1971, o abastecimento se portou de forma normal, embora os preços subissem e atingissem, no período de julho a outubro de 1971, a casa de Cr\$ 70,00 a saca de arroz de casca, com peso de 70 quilos.

Apesar do desinteresse, digamos assim, a falta de apoio naquela ocasião para o arroz, o algodão, a soja e outros produtos, tivemos um tempo assaz, favorável no ano agrícola 71/72, o que nos permitiu obter uma safra, senão excepcional, de cerca de 13 milhões de sacas de arroz em casca. E esta safra, aliada às boas safras que ocorreram no Rio Grande do Sul, mesmo no Estado de São Paulo, que não é um produtor de arroz, e em Minas Gerais, permitiram um abastecimento, até o presente, em condições idênticas aos do ano de 1971. Ora, se o arroz em casca, em 1971, atingiu no mês de outubro Cr\$ 70,00 a saca, ele hoje se encontra, no mesmo mês de outubro, no Estado de Goiás, girando em torno de Cr\$ 70,00 a Cr\$ 60,00.

Não vemos nós produtores, a própria Federação de Agricultura do Estado, a razão desta importação. Podemos afirmar, segundo dados da nossa Secretaria da Fazenda, que ainda existe bastante arroz estocado no Estado de Goiás para o atendimento dos grandes centros consumidores de São Paulo e da Guanabara.

O SR. ANTÔNIO FERNANDES — Apenas uma pergunta: então, na opinião de V. S.^a, pelos dados que nos deu, não há necessidade de importação de arroz?

O SR. ANTÔNIO FLÁVIO DE LIMA — Não há necessidade dessa importação, primeiro porque existem ainda estoques nos Estados de Goiás, do Maranhão, no próprio Estado de Mato Grosso e no de Minas Gerais.

É dispensável a importação porque vai tão-somente causar preocupação aos nossos agricultores.

O SR. ANTÔNIO FERNANDES — E desestimulando a nossa produção.

O SR. ANTÔNIO FLÁVIO DE LIMA — Vejam bem, há cerca de dois anos, o Banco Central recomendou aos Bancos que fazem repasses dos seus recursos para a agricultura e pecuária, o não-financiamento da lavoura de arroz. Agora, chegamos a esta contingência, embora exista arroz, importamo-lo de uma outra nação. Houve proibição — excetuando o Banco do Brasil que era o único banco que teria recursos para agricultura do arroz — os demais bancos não poderiam utilizar os recursos do Banco Central no financiamento desta cultura.

O SR. ANTÔNIO FERNANDES — Ainda uma indagação: qual é o país que está-se propondo a exportar arroz para o Brasil?

O SR. ANTONIO FLAVIO DE LIMA — Segundo notícias dos jornais, é o Libano.

O SR. SALDANHA DERZI — É repasse. É uma operação triangular.

O SR. ANTONIO FLAVIO DE LIMA — Exato. É uma operação triangular.

O SR. SALDANHA DERZI — V. S.^a tem razão. O Banco do Brasil e o Banco Central desestimularam totalmente o plantio do arroz. Só o Banco do Brasil que financiava, em pequena escala, o plantio do arroz...

O SR. ANTONIO FLAVIO DE LIMA — Correto!

O SR. SALDANHA DERZI — ... na safra passada, porque disse que o estoque de arroz no Brasil era muito grande e o produto gravoso e que o preço interno estava muito acima do mercado internacional. Então, não se podia exportar. O estoque era muito, e nenhum banco particular, tendo o repasse através do Banco Central, financiou nem o plantio, nem a compra, nem o beneficiamento, nada, sobre o arroz. Ai é que veio esse desestímulo para o plantio. Mas acredito que, hoje ainda, temos um estoque muito grande de arroz, quer em Goiás, um pouco em Mato Grosso, no Maranhão, que tem o seu estoque também em grande quantidade.

O SR. ALEXANDRE COSTA — Uma grande safra.

O SR. SALDANHA DERZI — De forma que, realmente, é de se admirar que possam desejar importar arroz para o Brasil, que se cogite dessa importação, da qual não vejo nenhuma necessidade.

O SR. ANTONIO FLAVIO DE LIMA — Agradeço o aparo do ilustre Senador por Mato Grosso à minha afirmativa.

O SR. RUY BRASIL CAVALCANTI — A título de ilustração, das 3 milhões previstas, possivelmente conseguidas no Estado de Goiás, já foram comercializadas 9.500.000 sacas, o que significa que somente no Estado de Goiás ainda há 3.500.000 sacas.

O SR. ANTONIO FLAVIO DE LIMA — Fiz um cálculo de 3 milhões de sacos em casca. Logo, nos dariam aproximadamente 2.100.000 sacos de arroz beneficiado, arroz limpo, pronto para o consumo, o que é uma grande quantidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Guerra) — Na qualidade de Presidente da Comissão, não desejava interferir no debate, mas tenho a impressão de que essa estocagem de arroz está quase toda nas mãos dos intermediários, e essa medida anunciada pelo Governo da República é no sentido de mostrar o caminho certo: ou solta o arroz existente no País, e que está guardado nas mãos deles para especulação, ou nós importaremos. É a medida que o Governo está tomando e eu, que tenho temperamento combativo a essas medidas, acho que, nesta parte a política governamental está certa porque estou informado de que todo o estoque está nas mãos de intermediários.

O SR. ALEXANDRE COSTA — A medida certa seria a fixação de preço mínimo. O Governo não fixa preço mínimo, mas o preço para ele comprar o arroz.

O SR. SALDANHA DERZI — Não, se não houver mercado interno, o Governo compra.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Guerra) — O Governo entra no mercado para evitar o aviltamento do preço mínimo para o produtor.

O SR. ALEXANDRE COSTA — Neste País quem planta arroz é um miserável. Não tem direito a comer sequer o arroz que planta!

O SR. SALDANHA DERZI — O Presidente tem razão. Grande parte desses estoques está nas mãos de intermediários e, infelizmente, financiados pelos órgãos estatais. Assim, em uma cidade do Mato Grosso, o Banco do Brasil financiava arroz a Cr\$ 20,00 para os interme-

diários e estes estavam adquirindo o arroz do pobre do produtor a Cr\$ 10,00 e Cr\$ 12,00. Fui ao gerente do Banco do Brasil e protestei, porque era o próprio Governo a estimular o intermediário a explorar o produtor. Mas, acho que, neste caso, o Governo tem meios para coibir o abuso dos grandes cerealistas que estão com esse estoque, inclusive, desapropriando o seu estoque, porque ele foi financiado pelos bancos oficiais. A maioria está sendo beneficiada.

O SR. ALEXANDRE COSTA — Há ociosidade de indústrias de beneficiamento de arroz, pelo menos no Nordeste. É de 8 meses no ano. Há mais indústria de beneficiamento de arroz do que propriamente produção de arroz. Tudo isto financiado pelos bancos.

O SR. ANTONIO FLAVIO DE LIMA — Estou de acordo com o Sr. Presidente da Comissão, quando ele fala da preocupação do Governo Central, no sentido de coibir esta alta. Agora, o que acho é que não houve alta, o arroz está no mesmo preço do Governo anterior. Então, não há preocupação. Se o arroz em casca estivesse a 150 cruzeiros o saco e no ano anterior o preço fosse de 70 cruzeiros, aí estaria certo. Mas, o preço se mantém aos níveis anteriores. Se considerarmos o processo inflacionário na ordem de 20%, este ano o arroz deveria estar mais caro do que no ano anterior.

Outro aspecto é o seguinte: o arroz não se encontra em mãos de produtores e sim na mão do intermediário, daquele que vai comercializar, daquele que vai levar às indústrias e ao consumo. Mas, a medida reflete, em última análise, exatamente no produtor de arroz. O reflexo vem para o agricultor e não para o comerciante, porque aqueles que são beneficiados pelo Banco do Brasil são obrigados a mensalmente vender um pouco da sua produção para pagar os financiamentos. Houve um escalonamento. Todos os meses o agricultor é obrigado a vender 20% da sua produção para pagar. Na verdade, ele vende a baixo preço. Quem está comprando, aquele que está sendo beneficiado pelo Governo, é o intermediário. Este que está levando vantagem. Nós, os agricultores, é que vamos sofrer, mesmo porque já há, não digo pânico, mas uma grande preocupação nos meios rurícolas de Goiás com relação a essa política, e isso poderá se agravar sensivelmente.

O Governo Federal, preocupado com problema relacionado com o arroz, deu um preço mínimo bem razoável para o ano agrícola 72/73: ofereceu a esse produto melhora palpável, substancial. Exatamente por quê? Para que se plante arroz e que se atenda, assim, à demanda interna do País. No entanto, nós, da Federação da Agricultura de Goiás, não entendemos porque — se o Governo Federal dá preços mínimos é porque ele quer que se plante mais arroz — essa importação que se anuncia e que até poderá provocar o desestímulo da agricultura.

Houve uma alta no preço do trator da ordem de 23%, adubos e fertilizantes — e a agricultura do Estado de Goiás está usando adubos e fertilizantes em escala crescente — experimentaram alta da ordem de 30%: não vemos porque, então, o arroz não possa experimentar uma alta que possibilite ao agricultor a compra daquilo de que ele necessita para melhor produtividade da sua lavoura.

O SR. ALEXANDRE COSTA — Tanto isso é verdade, que no Nordeste — e o Estado do Maranhão é o maior produtor de arroz da Região — o volume da produção oscila de acordo com o preço atingido pelo produto no ano anterior: se no ano anterior o preço foi bom, há aumento da produtividade; se o preço baixa, a produção cai. Justamente isso se dá porque ninguém no Maranhão, por exemplo, vai plantar arroz sujeito à baixa. O lavrador prefere quebrar o babaçu que paga Cr\$ 0,80 o quilo — e qualquer caboclo quebra, num dia, 5 quilos de babaçu, o que lhe rende Cr\$ 4,00 diários. E isso tudo sem financiamento, e o dinheiro é pago à vista.

O SR. RUY BRASIL CAVALCANTI — A esse respeito, a nossa maior preocupação é que o importador, em geral, é um empresário muito bem informado: ele sabe que a tonelagem importada é pequena, é apenas de efeito simbólico. O grande sacrificado é aquele que não é bem informado, que é, exatamente, o produtor. Esse produtor está obrigado — e quase todos eles em nosso Estado estão ligados ao Banco do Brasil pelo financiamento a, mensalmente, abater a sua dívida em 10 e, conforme o mês, até em 20%. Quer dizer que, normalmente, ele está entregando a sua safra. Quem está retendo, tenho certeza, não é o produtor, pois este não tem condições para segurar nada.

O SR. AMARAL PEIXOTO — V. S.^a poderia me informar qual a quantidade que o Governo está cogitando importar?

O SR. ANTÔNIO FLÁVIO DE LIMA — Não sabemos ao certo, pois a notícia foi obtida nos jornais e também foi feita uma convocação pelo Senador Flávio Britto para que viéssemos colaborar, aqui, com a Comissão de Agricultura. Não temos conhecimento do montante a ser importado.

O SR. AMARAL PEIXOTO — Pelo que estou lendo aqui, essa quantidade será diminuta. Terá efeito negativo sobre a produção, apenas isso. Prejudicará o produtor. Não terá resultado positivo.

O SR. ANTÔNIO FLÁVIO DE LIMA — E, principalmente, Senador, ela virá contrariar aquela campanha do aumento da produtividade, no próximo ano.

O SR. AMARAL PEIXOTO — Posso dar o meu depoimento e me penitenciar de erros semelhantes cometidos no passado, com a convicção do nosso Ilustre Presidente da Confederação Nacional da Agricultura, Senador Flávio Britto.

Durante a guerra fizemos isso. Não deu resultado algum. Pelo contrário, o resultado foi negativo. Mas era justificável, porque era guerra, havia problemas de transporte.

O SR. ANTÔNIO FLÁVIO DE LIMA — Quero esclarecer a V. Ex.^a que, segundo informações, são dois milhões de sacas.

Srs. Senadores eram estes os esclarecimentos que desejava prestar à Comissão. E me prontifico a responder a qualquer pergunta que os Srs. Senadores desejem fazer, apenas acho no meu modo de pensar, com relação à agricultura, que o Governo dispõe de meios outros para interferir na comercialização do arroz.

Se a importação se concretizar neste montante, não tão volumoso, da ordem de 2 milhões de sacas, irá criar problemas na próxima safra com a retração dos agricultores para o produto.

Agradeço a atenção e me coloco à disposição dos Srs. Senadores para qualquer outros informes.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Guerra) — Tem a palavra o nobre Senador Saldanha Derzi.

O SR. SALDANHA DERZI — Agradeço ao representante da Federação de Goiás, que veio com a sua experiência nos trazer esclarecimentos.

O Dr. Antônio Flávio é conhecedor profundo dos problemas agrícolas.

O Sr. Presidente irá se entender com o Ministro da Agricultura para sentir o que há de real em tudo isto. É uma preocupação de todo agricultor do Brasil.

A visita de V. S.^a foi bastante útil, honrosa para esta Comissão a presença dos técnicos que aqui vieram nos dar orientação e dizer das suas preocupações. É essa a nossa função aqui no Senado Federal, como representantes dos nossos Estados.

Congratulo-me em particular com o Dr. Francisco Jacintho, que é realmente um grande técnico e um pecuarista que tem autoridade e conhecimentos para falar sobre o problema da pecuária nacional. É um homem respeitado. Em todos os Estados o conhecem e reconhecem os seus conhecimentos técnicos de grande pecuarista que honra a pecuária brasileira.

Mas, terminando, já fazendo uma pequena interpelação ao Dr. Francisco Jacintho, sobre se ele pode informar, se tem uma idéia, qual o preço exato da arroba de carne para exportação. Em arroba, porque vimos que a carne até oito meses atrás variava entre 43 e 43 cruzeiros a arroba. E agora, tenho conhecimento de ofertas de até 75 cruzeiros. O normal está variando entre 65 e 66 cruzeiros. Mas já, oferta, especialmente no Estado do Rio, em Campos, onde o Senador João Cleofas teve uma oferta, pelos seus bois gordos, de 75 cruzeiros a arroba. Livre de impostos e de frete.

O SR. AMARAL PEIXOTO — De um modo geral está acima de 70 cruzeiros.

O SR. SALDANHA DERZI — Então havia uma coisa errada no Governo, porque se a 70, 75 cruzeiros ainda permite a exportação, como é que o Governo permitia que a carne se mantivesse no preço de 42 cruzeiros e com a exportação livre?

O pecuarista foi a grande vítima nessa fase da exportação da carne brasileira.

O SR. FRANCISCO JACINTHO DA SILVEIRA — Posso responder, em parte, à pergunta do nobre Senador Saldanha Derzi. Infelizmente, esses dados de valor do boi para exportação têm sido mantidos em sigilo, até coberto de uma onda de mentiras, por informações capciosas, pelos frigoríficos, de que nós, produtores, não temos elementos rigorosos para chegar a um conhecimento exato desses preços. Através de conclusão indireta, podemos ter uma idéia do que seriam esses preços. As Cooperativas do Rio Grande do Sul exportaram, durante esta safra, e diretamente pagaram aos cooperados 62 cruzeiros por arroba, quando o preço, aqui no Brasil Central, era de apenas 52 cruzeiros. Assim, os frigoríficos do Brasil Central, que têm equipamento operacional muito superior ao dessas Cooperativas rio-grandenses, podem tirar do boi rendimento muito maior. Além do mais, o boi do Brasil Central é um novilho de carne rosada, de maior aceitação no mercado internacional, do que a do boi do Rio Grande do Sul, que é criado no campo. A carne do boi do Rio Grande do Sul é mais gorda e, portanto, tem rendimento de exportação menor, porque essa gordura precisa ser limpa à faca, e a carne para exportação dificilmente tolera um índice de gordura superior a 2 e 3%. A carne rio-grandense, tendo até 15% de gordura, é sujeita a uma limpeza muito maior do que a carne centralina. Contudo, as cooperativas ratearam Cr\$ 62,00 ao receber o boi de seus cooperados e permitiam, ao fechamento do ano pecuário da cooperativa, rateio de um lucro excedente apurado em torno de mais Cr\$ 5,00. Então, os cooperados teriam resguardado o encaixe da cooperativa; que em geral é de 3% para cobertura de eventuais. Ainda, o pecuarista cooperado rio-grandense deveria receber Cr\$ 68,00, quando o pecuarista centralino de São Paulo recebia Cr\$ 62,00. O de Goiás e o de Mato Grosso, em face de distâncias um pouco maiores, nem isso recebiam, mas um pouco menos — Cr\$ 51,00 ou Cr\$ 52,00. De modo que o preço do valor intrínseco do boi para exportar é muito superior àquele que vigorava. Ao preço de Cr\$ 65,00, que vigorava em São Paulo, os frigoríficos ainda exportavam carne, quando foi necessário o Governo suspender a exportação do produto nessa emergência de entressafra, que se apresentava algo difícil, porque, do contrário, as exportações continuariam.

O pecuarista tem sido grandemente espoliado pelos exportadores e por uma mecânica que o Governo montou,

pretendendo favorecer o consumidor nacional, que termina não favorecendo esse consumidor mas prejudicando-o.

A respeito do valor do boi em Campos, posso esclarecer um pouco os ilustres Senadores, informando o seguinte: Campos abastece o Rio e é muito próximo dessa cidade — não conheço exatamente a distância, mas suponho que é de 250 quilômetros. O frete é tão barato que seria de Cr\$ 1,50 por arroba. Então, o frete do boi de Mato Grosso, de Goiás ou de São Paulo — este um pouco mais facilmente — seria por Cr\$ 5,00, além da perda de peso que o boi teria com a longa viagem. Ora, se o boi de São Paulo custa Cr\$ 65,00 e um pouco mais, vamos dizer, 66 ou 67, com mais 5. chegará a 71, e com a perda de peso terminaria com pouca diferença do boi de Campos, que custa 75 e é posto no frigorífico por 76, mas não perde peso porque a viagem é de apenas algumas horas. Esta, a razão por que o boi de Campos é mais caro, de maneira geral.

Parece-me, no meu entender, que com as chuvas copiosas que tivemos, as pastagens estão reagindo extraordinariamente. A crise de boi já passou. Se o Governo tolerou até agora este reajuste, porque não houve alta do preço do boi, mas somente um reajuste ao déficit que deveria ter havido ano passado, seria prudente não tomasse outras providências e deixasse que o mercado se normalizasse, porque o boi que mencionei aqui, com 30 dias está gordo e os que já estão meio gordos são oferecidos no mercado hoje.

Queria, finalizando, solicitar que os ilustres Senadores da República estudassem o assunto, chegando à conclusão de que as exportações realmente representam a única segurança de rentabilidade do pecuarista brasileiro e a única força que pode encorajar o pecuarista a continuar sua exploração, melhorando pastagens e incorporando a produção em novas áreas; que os nossos Senadores fizessem alguma coisa no sentido de o Governo não tirar o Brasil Central da pauta de exportação do nosso País. As duras penas conseguimos uma tradição de mercado, através de cinco anos de luta e não podemos perder esse imenso patrimônio. Já temos uma freguesia. Se sairmos do mercado por um ano, será duro entrar nele de novo.

Ainda com pequeno sacrifício para o nosso País, outros setores, deveríamos manter a mesma quota de exportação para o ano seguinte, resguardadas as providências de que a estocagem fosse feita e fiscalizada com vigor, de maneira que para o ano próximo tivéssemos 40 mil toneladas — que, aliás, deveríamos ter tido este ano; isso foi "furado" em parte: provavelmente alguém não pôs no frio a carne, como se comprometeu a fazer. Então, se houver amplo rigor na aplicação dessas medidas em relação à carne, no ano que vem manteremos o nível de ritmo da pecuária e abasteceremos satisfatoriamente o nosso mercado.

O SR. SALDANHA DERZI — Realmente, Sr. Presidente, os três Governos da Revolução deram alento especial aos criadores, que eram as grandes vítimas. Grande parte dos criadores abateram as suas melhores matrizes, vacas de quatro, cinco e seis anos, porque não havia estímulo. O preço do bezerro era ínfimo; o seu custo, duas ou três vezes mais do que o preço de venda. Foi um desastre total aquela fase. Não havia fiscalização, e se houvesse não adiantaria; o que adiantaria era o preço justo.

Com o aumento do preço do bezerro, houve estímulo muito grande e todos os Estados estão aumentando a sua produção fabulosamente. Atualmente, nem as vacas velhas no Mato Grosso estão sendo abatidas, porque uma vaca velha, que dá quatrocentos cruzeiros, poderá produzir um bezerro que dará quinhentos cruzeiros. Em julho, foram exportadas 455 mil reses. Houve um aumento de produção, com os estímulos fiscais. No extremo norte de Mato Grosso, em Goiás e na Amazônia, há aumento muito grande da produção de boi de corte para o Brasil. Há es-

perança de que nós nos tornemos grandes exportadores de carne, riqueza que virá resolver em parte as dificuldades da lavoura cafeeira.

Eu me congratulo com os Srs. Francisco Jacintho da Silveira, Ruy Brasil Cavalcanti e Antônio de Lima, pela oportunidade que propiciaram aos Senadores de aumentar o conhecimento de alguns problemas que esta Comissão tem de enfrentar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Guerra) — Tem a palavra o nobre Senador Amaral Peixoto.

O SR. AMARAL PEIXOTO — Sr. Presidente, este assunto é de tal importância para o Brasil que não pode ficar encerrado aqui. Queria propor que V. Ex.^a convidasse, em nome da Comissão de Agricultura, os técnicos do Governo que estão regulamentando esse assunto (Muito bem!) para que apresentassem uma exposição sobre o que estão fazendo e o que pretendem fazer, para confrontarmos as informações que acabamos de receber — alguns de nós estamos informados — com os planos do Governo, e apresentarmos, também, sugestões. Parece-me que um técnico do Ministério da Fazenda foi aqui citado — o Dr. Eduardo de Carvalho, economista de grande valor, e no Ministério da Agricultura deve haver alguém cuidando do assunto.

Sr. Presidente, esta é a minha sugestão: que V. Ex.^a convoque outra reunião para que continuemos o debate, da maior importância para a economia do País.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Guerra) — Julgo procedente e oportuna a iniciativa do nobre Senador Amaral Peixoto, que iremos tomar em consideração para assegurar continuidade a esta reunião.

Queria dizer à Comissão que ainda teremos o prazer de ouvir o nobre Senador Adalberto Sena e o Dr. Ruy Brasil Cavalcanti, Presidente da Federação de Agricultura de Goiás.

O SR. ADALBERTO SENA — Sr. Presidente, para não perder a oportunidade, queria apenas acrescentar a sugestão do nobre correligionário Senador Amaral Peixoto também fosse examinado, nos posteriores debates, o problema da comercialização, focalizado em torno do custo de vida, porque, pelo que ouvi aqui — e não poderia ser de outra forma — a tônica da discussão gira mais em volta dos problemas de produção e venda; venda para o estrangeiro, sob forma de exportação e venda para os frigoríficos. É um aspecto importantíssimo, pois os preços para o consumidor não se elevam sem que isto importe em prejuízo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Guerra) — Esta Comissão tomará em consideração as palavras de V. Ex.^a

Concedo a palavra ao nobre Senador Flávio Britto.

O SR. FLAVIO BRITTO — Tendo uma entrevista, às 17 horas, com o Sr. Ministro da Indústria e do Comércio, para tratar de problemas de alto interesse da economia brasileira, que é o café — em virtude das chuvas, caiu de produção e está prejudicando enormemente a economia — peço licença para me retirar.

Agradeço, como Presidente da Confederação, a acolhida que V. Ex.^a deu ao seu colega de Comissão, para ouvir os responsáveis pelas Federações dos Estados de São Paulo, Mato Grosso e Goiás. Nosso propósito não é outro senão o de cooperar com o Governo, porque todos nós, da agropecuária brasileira, sabemos o que era nossa classe antes de 1964, como sofremos antes de 1964, e o que houve de 1964 para cá.

Congratulo-me também com nossos eminentes colegas, porque, como já tive oportunidade de dizer, a maioria do Senado da República é composta de homens responsáveis pela produção, quer interna, quer de exportação do País. E sendo o Brasil ainda um país agropecuario,

somos nós os responsáveis pela tranquilidade do povo, produzindo e produzindo cada vez mais.

Aceite o meu caro colega Presidente da Comissão, os agradecimentos da classe rural por essa acolhida aos meus colegas Presidentes de Federações. E podem estar certos todos os Srs. Senadores aqui presentes, que todas as vezes que formos convocados — a nossa classe, a que o Sr. Presidente também pertence — compareceremos a esta Comissão ou a outra qualquer, não para fazer críticas ao Governo, e sim para trazer a colaboração desta classe.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Guerra) — Esta Presidência estava no propósito de, ao encerrar os trabalhos, externar agradecimentos especiais ao Senador Flávio Britto, Presidente da Confederação Nacional da Agricultura, pela iniciativa da convocação desta reunião; e o faz nesta oportunidade em que ele terá de manter entendimentos com o Exmo. Sr. Ministro da Indústria e do Comércio, na certeza de que a sua presença será sempre desejada, porquanto se trata de um líder autêntico da classe, com grandes serviços prestados à agropecuária nacional.

Com a palavra o Dr. Ruy Brasil Cavalcanti.

O SR. RUY BRASIL CAVALCANTI — Sr. Presidente, Srs. Membros da Comissão de Agricultura do Senado Federal. Gostariamos de externar nossos agradecimentos pela oportunidade de podermos trazer ante V. Exas. alguns dos nossos problemas, como também reafirmar nossa preocupação com tais problemas, principalmente o de cotas.

Consideramos o Centro-Oeste o maior produtor de carne menos gordurosa, de carne de maior aceitação no mercado internacional. A gordura de origem animal é muito mais incriminada na produção de doenças cardiovasculares do que as gorduras, os glicerídeos de origem vegetal. Temos certeza de que a reformulação da política neste sentido seria de grande utilidade para a economia de divisas, porquanto o mercado de carne é, sem dúvida, um dos mais seguros para a exportação.

Com relação ao problema do arroz, gostaríamos de afirmar que, ainda no Governo passado de Goiás, do qual era Secretário da Agricultura o Dr. Antônio Flávio de Lima, foi realizada uma campanha de diversificação. E o algodão, que hoje, em Goiás, tem a produção de 13 milhões de arrobas, substituiu grandemente a produção rizícola, mas esse mesmo produto, sabemos, não tem aquela possibilidade milagrosa anunciada, porque as safras dos países normalmente produtores de algodão, principalmente Estados Unidos e Rússia, foram altamente sacrificadas durante dois ou três anos. Mas esses mercados têm reagido violentamente e, este ano, temos já informações, aumentarão suas safras em 20%.

A produção do algodão em Goiás tem enfrentado problemas seríssimos com o aumento brutal do seu custo; principalmente o problema social da colheita, que envolve grandes contingentes humanos, existindo fazendeiros com mil e até dois mil homens nesta época; essas migrações internas ocasionam um problema social tremendo para a economia algodoeira. Temos certeza de que o arroz existente em nosso Estado, que é o arroz de sequeira com maior risco do que o arroz irrigado, será muito prejudicado, como também a campanha do Governo, de aumento de produtividade, da supersafra, será grandemente prejudicada por essa medida de cuja eficácia duvidamos — como dissemos — porque o grande estoquista será beneficiado — ele é bem informado, tem noção de que essa quantidade importada não irá influenciar — mas o fazendeiro, o produtor, que é mal informado, será prejudicado, porque ainda existem grandes quantidades a ser negociadas.

Já informei a V. Exas. que somente em nosso Estado, numa produção de 13 milhões de sacas, até agora, já foram comercializadas 9 milhões e meio de sacas, quer

dizer somente em Goiás 3 milhões e meio de sacas para serem comercializadas.

Gostaria novamente de agradecer a oportunidade de estar aqui com V. Exas. e de reafirmar a esperança de nossos produtores, no sentido de que a crítica responsável de V. Exas. no Senado, certamente irá nos ajudar muito nestas medidas. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Guerra) — Esta Comissão sente-se honrada com a presença de representantes das classes empresariais da agropecuária do Brasil Central, e de São Paulo, como os Drs. Francisco Jacintho da Silveira, Ruy Brasil Cavalcanti e Antônio Flávio de Lima, o que quer dizer, que estaremos sempre prontos a receber aqui, e a ouvir a honrosa colaboração prática, colaboração patriótica, dessas figuras que tanto contribuem para o engrandecimento do País, para assegurar a sua continuidade histórica.

A Comissão de Agricultura do Senado, aqui presente a todas as reivindicações da classe rural brasileira, no sentido de se fazer intermediária entre elas e o Governo da República, cada dia mais imbuído do desejo de fomentar essa grande economia do nosso País.

Tomaremos na devida consideração a sugestão do Senador Amaral Peixoto.

Esta Comissão convocará oportunamente outra reunião.

A seguir, encerrados os depoimentos, passaremos ao exame das proposições constantes da pauta.

Inicialmente, concedo a palavra ao Senhor Senador Flávio Britto para se pronunciar sobre o Projeto de Lei do Senado n.º 35, de 1972, de autoria do Sr. Senador Franco Montoro, que "Dispõe sobre as condições do parcelamento da terra quanto ao seu dimensionamento".

O SR. FLÁVIO BRITTO — (Lê.)

Da Comissão de Agricultura, sobre o Projeto de Lei do Senado n.º 35, de 1972, que dispõe sobre as condições do parcelamento da terra quanto ao seu dimensionamento.

Relator: Senador Flávio Britto

O Projeto em exame visa suprir lacunas e deficiências da legislação pertinente ao parcelamento da terra, no intuito de evitar a constituição de minifúndios, inadequados a seu aproveitamento econômico racional, e por isso mesmo, tão prejudiciais aos interesses da Reforma Agrária, quanto aos latifúndios.

Ao apreciar a presente proposição, ali considerada jurídica e constitucional, assim se manifesta a Comissão de Constituição e Justiça:

1 — a matéria foi disciplinada pelo art. 65 do Estatuto da Terra (Lei n.º 4.504, de 30 de novembro de 1964);

2 — no corpo do referido preceito estabeleceu-se a indivisibilidade do imóvel em áreas de dimensão inferior à constitutiva do módulo, inclusive no tocante aos casos resultantes de sucessão "causa mortis" e de partilhas judiciais ou amigáveis;

3 — o citado dispositivo, apesar da clareza de sua redação, tem ensejado dúvidas, tendo, inclusive, o mais Alto Tribunal do País decidido que a mencionada proibição não se aplica a divisões de condomínio, ante a edição do Decreto-lei n.º 57, de 18 de novembro de 1966. (Art. 11).

E porque entendemos que o projeto, além de dirimir as dúvidas existentes, se ajusta perfeitamente aos objetivos do Governo no que concerne a nova política da terra, somos por sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Guerra) — Em votação o parecer. Está aprovado o parecer favorável do Sr. Senador Flávio Britto ao projeto.

Continuando, concedo a palavra ao Sr. Senador Mattos Leão, a fim de proferir parecer ao Projeto de Lei da Câmara n.º 25, de 1.972 (n.º 283-B/71 — na Câmara dos Deputados), que “denomina de Horto Florestal Dr. Eptácio Santiago a atual Estação Florestal de Experimentação do Ministério da Agricultura, localizada em Lorena, Estado de São Paulo.”

O SR. SENADOR MATTOS LEÃO — (Lê)

Da Comissão de Agricultura, sobre o Projeto de Lei da Câmara n.º 25, de 1972 (n.º 283-B/71, na Câmara dos Deputados), que “denomina de “Horto Florestal Dr. Eptácio Santiago” a atual “Estação Florestal de Experimentação” do Ministério da Agricultura, localizada em Lorena, Estado de São Paulo.”

Relator: Senador Mattos Leão.

O projeto em exame tem por objetivo prestar homenagem póstuma ao doutor Eptácio Santiago, determinando que a Estação Florestal de Experimentação, situada na cidade de Lorena, Estado de São Paulo, passe a denominar-se “Horto Florestal Dr. Eptácio Santiago”.

A justa homenagem aqui prestada a esse brasileiro, que se fez credor da admiração e respeito de quantos o

conheceram, esta assim justificada pelo autor do projeto, Deputado Dayl de Almeida:

“O Dr. Eptácio Santiago dirigiu durante 34 anos a Estação Florestal de Experimentação, situada em Lorena, Estado de São Paulo, quando Ministério da Agricultura resolveu transformar a antiga repartição produtora de sementes de cereais e leguminosas em uma que se dedicasse aos problemas de reflorestamento.

A direção do novo órgão, então criado, foi entregue ao Engenheiro-Agrônomo Eptácio Santiago. Iniciando sua nova atividade temos o resultado, confirmado num belíssimo parque, ponto turístico aos viajantes que transitam na rodovia São Paulo-Rio. Em 8 de novembro de 1970, aos 70 anos, qual um jequitibá que tomba na floresta, sucumbiu o exemplar servidor.

Cremos de justiça e gratidão àquele que tão bem se identificou no seu trabalho, esta homenagem.”

E porque a consideramos oportuna e merecida, somos pela aprovação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Guerra) — Vou colocar em discussão o parecer. Como nenhum dos Srs. Senadores deseja se manifestar a respeito do assunto coloco em votação. Está aprovado o parecer.

Estão encerrados os trabalhos desta reunião.

(Levanta-se a Reunião às 17 horas e 45 minutos.)

INELEGIBILIDADES

LEI COMPLEMENTAR Nº 5, DE 29 DE ABRIL DE 1970

“Estabelece, de acordo com a Emenda Constitucional n.º 1, de 17 de outubro de 1969, art. 151 e seu parágrafo único, casos de inelegibilidades, e dá outras providências.”

ÍNDICE — LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 5.581, DE 26 DE MAIO DE 1970

“Estabelece normas sobre a realização de eleições em 1970, e dá outras providências.”

LEGISLAÇÃO CITADA

PREÇO: CR\$ 3,00

Trabalho elaborado, revisado e impresso pelo Serviço Gráfico do Senado Federal

M E S A

Presidente:
Petrônio Portella (ARENA — PI)

1º-Vice-Presidente:
Carlos Lindenberg (ARENA — ES)

2º-Vice-Presidente:
Ruy Carneiro (MDB — PB)

1º-Secretário:
Ney Braga (ARENA — PR)

2º-Secretário:
Clodomir Milet (ARENA — MA)

3º-Secretário:
Guido Mondim (ARENA — RS)

4º-Secretário:
Duarte Filho (ARENA — RN)

1º-Suplente:
Renato Franco (ARENA — PA)

2º-Suplente:
Benjamin Farah (MDB — GB)

3º-Suplente:
Lenoir Vargas (ARENA — SC)

4º-Suplente:
Teotônio Vilela (ARENA — AL)

LIDERANÇA DA ARENA E DA MAIORIA

Líder:
Filinto Müller (ARENA — MT)

Vice-Líderes:
Ruy Santos (ARENA — BA)
Eurico Rezende (ARENA — ES)
Antônio Carlos (ARENA — SC)
Dinarte Mariz (ARENA — RN)
José Lindoso (ARENA — AM)
Saldanha Derzi (ARENA — MT)
Osires Teixeira (ARENA — GO)
Benedito Ferreira (ARENA — GO)

LIDERANÇA DO MDB E DA MINORIA

Líder:
Nelson Carneiro (MDB — GB)

Vice-Líderes:
Danton Jobim (MDB — GB)
Adalberto Sena (MDB — AC)

COMISSÕES

Diretora: Edith Balassini
Local: 11.º andar do Anexo
Telefones: 24-1009 e 24-8105 — Ramal 300.

A) COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: Francisco José Fernandes
Local: Anexo — 11.º andar
Telefone: 24-8105 — Ramal 301.

1) COMISSÃO DE AGRICULTURA — (CA)
(7 Membros)**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Paulo Guerra
Vice-Presidente: Mattos Leão

TITULARES

Antônio Fernandes
Vasconcelos Torres
Paulo Guerra
Daniel Krieger
Flávio Britto
Mattos Leão

SUPLENTES**ARENA**

Tarso Dutra
João Cleofas
Fernando Corrêa

MDB

Amaral Peixoto
Local: Sala das Reuniões da Comissão de Finanças.
Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas
Secretário: J. Ney Passos Dantas — Ramal 303

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS REGIONAIS — (CAR)
(7 Membros)**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Waldemar Alcântara
Vice-Presidente: Benedito Ferreira

TITULARES

José Guimard
Waldemar Alcântara
Dinarte Mariz
Wilson Campos
José Esteves
Benedito Ferreira

SUPLENTES**ARENA**

Saldanha Derzi
Osires Teixeira
Lourival Baptista

MDB

Adalberto Sena
Local: Auditorio.
Secretário: Geraldo Sobral Rocha — R. 312
Reuniões: Quintas-feiras, às 15 horas

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA — (CJJ)
(13 Membros)**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Daniel Krieger
Vice-Presidente: Accioly Filho

TITULARES

José Lindoso
José Sarney
Arnon de Mello
Helvidio Nunes
Antônio Carlos
Eurico Rezende
Heitor Dias
Gustavo Capanema
Wilson Gonçalves
José Augusto
Daniel Krieger
Accioly Filho

SUPLENTES**ARENA**

Orlando Zancaner
Osires Teixeira
João Calmon
Mattos Leão
Vasconcelos Torres
Carvalho Pinto

MDB

Nelson Carneiro
Franco Montoro
Secretária: Maria Helena Bueno Brandão — Ramal 305
Reuniões: Quartas-feiras, às 15 horas
Local: Auditório.

4) COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL — (CDF)
(11 Membros)**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Cattete Pinheiro
Vice-Presidente: Adalberto Sena

TITULARES

Dinarte Mariz
Eurico Rezende
Cattete Pinheiro
Benedito Ferreira
Osires Teixeira
Fernando Corrêa
Saldanha Derzi
Heitor Dias
Antônio Fernandes
José Augusto

SUPLENTES**ARENA**

Paulo Tôres
Luiz Cavalcante
Waldemar Alcântara
José Lindoso
Filinto Müller

MDB

Adalberto Sena
Nelson Carneiro
Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 306
Reuniões: Quintas-feiras, às 15 horas
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

5) COMISSÃO DE ECONOMIA — (CE)

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Magalhães Pinto

Vice-Presidente: Vasconcelos Torres

TITULARES**SUPLENTE****ARENA**

Magalhães Pinto	Domicio Gondim
Vasconcelos Torres	José Augusto
Wilson Campos	Geraldo Mesquita
Jessé Freire	Flávio Britto
Augusto Franco	Leandro Macial
Orlando Zancaner	
Paulo Guerra	
Milton Cabral	
Helvidio Nunes	
Lulz Cavalcante	

MDB

Amaral Peixoto	Franco Montoro
----------------	----------------

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 306

Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas

Local: Sala de Reuniões do Gabinete do Presidente da Comissão.

6) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA — (CEC)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Gustavo Capanema

Vice-Presidente: João Calmon

TITULARES**SUPLENTE****ARENA**

Gustavo Capanema	Arnon de Mello
João Calmon	Helvidio Nunes
Tarso Dutra	José Sarney
Geraldo Mesquita	
Cattete Pinheiro	
Milton Trindade	

MDB

Benjamin Farah	Adalberto Sena
----------------	----------------

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 306

Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

7) COMISSÃO DE FINANÇAS — (CF)

(17 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: João Cleofas

Vice-Presidente: Virgílio Távora

TITULARES**SUPLENTE****ARENA**

Celso Ramos	Cattete Pinheiro
Lourival Baptista	Antônio Carlos
Saldanha Derzi	Daniel Krieger
Geraldo Mesquita	Milton Trindade
Alexandre Costa	Dinarte Mariz
Fausto Castelo-Branco	Emival Caiado
Ruy Santos	Flávio Britto
Jessé Freire	Eurico Rezende
João Cleofas	
Carvalho Pinto	
Virgílio Távora	
Wilson Gonçalves	
Mattos Leão	
Tarso Dutra	

MDB

Amaral Peixoto	Nelson Carneiro
Franco Montoro	
Danton Jobim	

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo — Ramal 314

Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças — Ramais 172 e 173.

8) COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL — (CLS)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Franco Montoro

Vice-Presidente: Heitor Dias

TITULARES**SUPLENTE****ARENA**

Heitor Dias	Wilson Campos
Domicio Gondim	Accioly Filho
Paulo Torres	José Esteves
Benedito Ferrelra	
Eurico Rezende	
Orlando Zancaner	

MDB

Franco Montoro	Danton Jobim
----------------	--------------

Secretário: Marcus Vinícius Goulart Gonzaga — Ramal 310

Reuniões: Quartas-feiras, às 18 horas

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

9) COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA — (CME)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Arnon de Mello

Vice-Presidente: Benjamin Farah

TITULARES

Arnon de Mello
Luiz Cavalcante
Leandro Maciel
Milton Trindade
Domicio Gondim
Orlando Zancaner

SUPLENTES

Paulo Guerra
Antônio Fernandes
José Guimard

MDB

Benjamin Farah Danton Jobim

Secretário: Marcus Vinícius Goulart Gonzaga — Ramal 310

Reuniões: Terças-feiras, às 16 horas

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

10) COMISSÃO DE REDAÇÃO — (CR)

(5 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Antônio Carlos

Vice-Presidente: Danton Jobim

TITULARES

Antônio Carlos
José Lindoso
Filinto Müller
José Augusto

SUPLENTES**ARENA**

Carvalho Pinto
Wilson Gonçalves

MDB

Danton Jobim Adalberto Sena

Secretária: Beatriz Brandão Guerra — Ramal 310

Reuniões: Terças-feiras, às 11 horas

Local: Auditório.

11) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES — (CRE)

(15 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Carvalho Pinto

Vice-Presidente: Wilson Gonçalves

TITULARES

Carvalho Pinto
Wilson Gonçalves
Filinto Müller
Fernando Corrêa
Antônio Carlos
Arnon de Mello
Magalhães Pinto
Accioly Filho
Saldanha Derzi
José Sarney
Lourival Baptista
João Calmon

SUPLENTES**ARENA**

Milton Cabral
Fausto Castelo-Branco
Augusto Franco
José Lindoso
Ruy Santos
Cattete Pinheiro
Jessé Freire
Virgílio Távora

MDB

Franco Montoro
Danton Jobim
Nelson Carneiro

Amaral Peixoto

Secretário: Marcus Vinícius Goulart Gonzaga — Ramal 310

Reuniões: Terças-feiras, às 15 horas

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

12) COMISSÃO DE SAÚDE — (CS)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Fernando Corrêa

Vice-Presidente: Fausto Castelo-Branco

TITULARES

Fernando Corrêa
Fausto Castelo-Branco
Cattete Pinheiro
Lourival Baptista
Ruy Santos
Waldemar Alcântara

SUPLENTES**ARENA**

Saldanha Derzi
Wilson Campos
Celso Ramos

MDB

Adalberto Sena

Benjamin Farah

Secretária: Lêda Ferreira da Rocha — Ramal 314

Reuniões: Terças-feiras, às 15 horas

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

13) COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL — (CSN)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Paulo Tôrres

Vice-Presidente: Flávio Britto

TITULARES**SUPLENTE****ARENA**

Paulo Tôrres

Alexandre Costa

José Lindoso

Orlando Zancaner

Virgílio Távora

Milton Trindade

José Guimard

Flávio Britto

Vasconcelos Torres

MDB

Benjamin Farah

Amaral Peixoto

Secretário: Geraldo Sobral Rocha — Ramal 312

Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas

Local: Auditório.

14) COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL

— (CSPC)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Amaral Peixoto

Vice-Presidente: Tarso Dutra

TITULARES**SUPLENTE****ARENA**

Tarso Dutra

Magalhães Pinto

Augusto Franco

Gustavo Capanema

Celso Ramos

Paulo Guerra

Osires Teixeira

Heitor Dias

Jessé Freire

MDB

Amaral Peixoto

Benjamin Farah

Secretário: J. Ney Passos Dantas — Ramal 303

Reuniões: Quintas-feiras, às 15 horas

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

15) COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS — (CT)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Leandro Maciel

Vice-Presidente: Alexandre Costa

TITULARES**SUPLENTE****ARENA**

Leandro Maciel

Dinarte Mariz

Alexandre Costa

Benedito Ferreira

Luiz Cavalcante

Virgílio Távora

Milton Cabral

Geraldo Mesquita

José Esteves

MDB

Danton Jobim

Benjamin Farah

Secretária: Lêda Ferreira da Rocha — Ramal 314

Reuniões: Quartas-feiras, às 17 horas

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

B) COMISSÕES TEMPORÁRIAS**Comissões Mistas, Especiais e de Inquérito****Chefe: J. Ney Passos Dantas****Local: 11.º andar do Anexo****Telefone: 24-8105 — Ramal 303**

- 1) **Comissões Temporárias para Projetos do Congresso Nacional.**
- 2) **Comissões Temporárias para Apreciação de Vetos.**
- 3) **Comissões Especiais e de Inquérito.**
- 4) **Comissão Mista do Projeto de Lei Orçamentária (art. 90 do Regimento Comum).**

ANAIIS DO SENADO

Mês de fevereiro de 1965	— SESSÕES 1. ^a a 16. ^a — Preparatória
Mês de março de 1965	— SESSÕES 1. ^a a 20. ^a — Preparatória
Mês de abril de 1965	— SESSÕES 21. ^a a 38. ^a —
Mês de maio de 1965	— SESSÕES 39. ^a a 50. ^a — tomo I
Mês de maio de 1965	— SESSÕES 51. ^a a 62. ^a — Tomo II
Mês de julho de 1965	— SESSÕES 90. ^a a 106. ^a —
Mês de agosto de 1965	— SESSÕES 107. ^a a 117. ^a — tomo I
Mês de agosto de 1965	— SESSÕES 118. ^a a 130. ^a — tomo II
Mês de setembro de 1965	— SESSÕES 141. ^a a 142. ^a — tomo I
Mês de setembro de 1965	— SESSÕES 143. ^a a 145. ^a — tomo II
Mês de outubro de 1965	— SESSÕES 146. ^a a 155. ^a — tomo I
Mês de outubro de 1965	— SESSÕES 156. ^a a 166. ^a — tomo II
Mês de janeiro de 1968	— SESSÕES 1. ^a a 12. ^a (Convocação Extraord.)
Mês de fevereiro de 1968	— SESSÕES 13. ^a a 27. ^a (Convocação Extraord.)
Mês de fevereiro de 1968	— SESSÕES 28. ^a a 34. ^a (Convocação Extraord.)
Mês de março de 1968	— SESSÕES 1. ^a a 15. ^a (1. ^a e 2. ^a Sessões Preparatórias — Vol. I)
Mês de março de 1968	— SESSÕES 16. ^a a 32. ^a — tomo II
Mês de abril de 1968	— SESSÕES 33. ^a a 42. ^a — tomo I
Mês de abril de 1968	— SESSÕES 43. ^a a 62. ^a — tomo II
Mês de maio de 1968	— SESSÕES 63. ^a a 78. ^a — tomo I
Mês de maio de 1968	— SESSÕES 79. ^a a 100. ^a — tomo II
Mês de junho de 1968	— SESSÕES 101. ^a a 114. ^a — tomo I
Mês de junho de 1968	— SESSÕES 115. ^a a 132. ^a — tomo II
Mês de julho de 1968	— SESSÕES 1. ^a a 10. ^a (Convocação Extraord.)
Mês de julho de 1968	— SESSÕES 11. ^a a 24. ^a — tomo II
Mês de agosto de 1968	— SESSÕES 133. ^a a 150. ^a — tomo I
Mês de agosto de 1968	— SESSÕES 151. ^a a 171. ^a — tomo II
Mês de setembro de 1968	— SESSÕES 172. ^a a 188. ^a — tomo I
Mês de setembro de 1968	— SESSÕES 189. ^a a 209. ^a — tomo II
Mês de outubro de 1968	— SESSÕES 210. ^a a 231. ^a — tomo I
Mês de outubro de 1968	— SESSÕES 232. ^a a 262. ^a — tomo II
Mês de novembro de 1968	— SESSÕES 263. ^a a 275. ^a — tomo I
Mês de novembro de 1968	— SESSÕES 276. ^a a 298. ^a — tomo II
Mês de dezembro de 1968	— SESSÕES 1. ^a a 15. ^a — tomo I (Convocação Extraordinária)
Mês de outubro de 1969	— SESSÕES 1. ^a a 7. ^a — tomo I
Mês de novembro de 1969	— SESSÕES 8. ^a a 19. ^a — tomo I
Mês de novembro de 1969	— SESSÕES 20. ^a a 36. ^a — tomo II
Mês de abril de 1970	— SESSÕES 1. ^a a 12. ^a — tomo I
Mês de abril de 1970	— SESSÕES 13. ^a a 20. ^a — tomo II
Mês março/abril de 1971	— SESSÕES 1. ^a a 11. ^a — tomo I
Mês março/abril de 1971	— SESSÕES 12. ^a a 21. ^a — tomo II
Mês de maio de 1971	— SESSÕES 22. ^a a 32. ^a — tomo I
Mês de maio de 1971	— SESSÕES 33. ^a a 44. ^a — tomo II
Mês de julho de 1971	— SESSÕES 68. ^a a 81. ^a — tomo I
Mês de julho de 1971	— SESSÕES 82. ^a a 93. ^a — tomo II
Mês de agosto de 1971	— SESSÕES 94. ^a a 103. ^a — tomo I
Mês de agosto de 1971	— SESSÕES 104. ^a a 115. ^a — tomo II
Mês de setembro de 1971	— SESSÕES 116. ^a a 126. ^a — tomo I
Mês de setembro de 1971	— SESSÕES 127. ^a a 138. ^a — tomo II
Mês de outubro de 1971	— SESSÕES 139. ^a a 148. ^a — tomo I
Mês de outubro de 1971	— SESSÕES 149. ^a a 157. ^a — tomo II
Mês de abril de 1972	— SESSÕES 1. ^a a 12. ^a — tomo I

PREÇO DE CADA VOLUME: Cr\$ 10,00

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

Editada pelo Senado Federal

DIRETORIA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

Direção

LEYLA CASTELLO BRANCO RANGEL

NÚMEROS PUBLICADOS

Cr\$

— março n.º 1 (1964)	5,00
— julho n.º 2 (1964)	esgotada
— setembro n.º 3 (1964)	"
— dezembro n.º 4 (1964)	5,00
— março n.º 5 (1965)	5,00
— junho n.º 6 (1965)	esgotada
— setembro n.º 7 (1965)	"
— dezembro n.º 8 (1965)	"
— março n.º 9 (1966)	"
— junho n.º 10 (1966)	"

ÍNDICE DO SUMÁRIO DA REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA DE 1 a 10 (enviaremos gratuitamente a quem nos solicitar):

— setembro n.º 11 (1966)	esgotada
— outubro a dezembro n.º 12 (1966)	"
— janeiro a junho n.ºs 13 e 14 (1967)	"
— julho a dezembro n.ºs 15 e 16 (1967)	"
— janeiro a março n.º 17 (1968)	5,00
— abril a junho n.º 18 (1968)	5,00
— julho a setembro n.º 19 (1968)	5,00
— outubro a dezembro n.º 20 (1968)	5,00

ÍNDICE DO SUMÁRIO DA REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA DE 1 a 20 (enviaremos gratuitamente a quem nos solicitar):

— janeiro a março n.º 21 (1969)	5,00
— abril a junho n.º 22 (1969)	5,00
— julho a setembro n.º 23 (1969)	5,00
— outubro a dezembro n.º 24 (1969)	15,00
— janeiro a março n.º 25 (1970)	10,00
— abril a junho n.º 26 (1970)	10,00
— julho a setembro n.º 27 (1970)	10,00
— outubro a dezembro n.º 28 (1970)	10,00
— janeiro a março n.º 29 (1971)	10,00
— abril a junho n.º 30 (1971)	10,00

ÍNDICE DO SUMÁRIO DA REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA DE 1 a 30 (enviaremos gratuitamente a quem nos solicitar):

— julho a setembro n.º 31 (1971)	10,00
--	-------

SUMÁRIO

COLABORAÇÃO

As Diversas Espécies de Lei

Senador Franco Montoro

Organização Jurídica do Notariado na República Federal da Alemanha (Um Estudo da Solução de Problemas Insolúveis no Brasil)

Prof. A. B. Cotrim Neto

O Congelamento do Poder Mundial

Embaixador J. A. de Araújo Castro

O Planejamento e os Organismos Regionais como Preparação a um Federalismo das Regiões (a experiência brasileira)

Prof. Paulo Bonavides

Aspectos Polêmicos do Estatuto Jurídico da Mulher Casada — Lei número 4.121, de 27-08-62

Prof. Carlos Dayrell

Situação Jurídica da NOVACAP

Dr. Dario Cardoso

Os Direitos Autorais no Direito Comparado

Pro. Roberto Rosas

Perguntas e Reservas a Respeito do Plano de Integração Social

Prof. Wilhelmus Godefridus Hermans

Euclides da Cunha e a Rodovia Transamazônica

Dr. G. Irenêo Joffily

O Senado e a Nova Constituição

Dr. Paulo Nunes Augusto de Figueiredo

O Assessoramento Legislativo

Dr.ª Atyr de Azevedo Lucci

Decretos-leis

Dr. Caio Torres

Iniciativa e Tramitação de Projetos

Jesse de Azevedo Barquero

Os Direitos da Companheira

Ana Valderez A. N. de Alencar

Poluição

João Bosco Altoé

— outubro a dezembro n.º 32 (1971) 10,00

SUMÁRIO

COLABORAÇÃO

Política do Desenvolvimento Urbano

Senador Carvalho Pinto

O Problema das Fontes do Direito. Fontes Formais e Materiais. Perspectivas Filosófica, Sociológica e Jurídica

Senador Franco Montoro

A Televisão Educativa no Brasil

Prof. Gilson Amado

RUY, a Defesa dos Bispos e a Questão do Foro dos Crimes Militares: Duas Retificações Necessárias

Prof. Rubem Nogueira

A Proteção Jurisdicional dos Direitos Humanos no Direito Positivo Brasileiro

Des. Hamilton de Moraes e Barros

Sobre a Metodologia do Ensino Jurídico

Prof. Hugo Gueiros Bernardes

Prerrogativas dos Bens Dominais — Insuscetibilidade de Posse Civil

Des. José Júlio Leal Fagundes

O Instituto de Aposentadoria na Atual Constituição

Prof. Carlos Dayrell

O Apoio Técnico e Administrativo ao Partido Parlamentar

Prof. Sully Alves de Souza

Redução de Custos Gráficos-editoriais

Prof. Roberto Atila Amaral Vieira

Adoção

Ana Valdez Ayres Neves de Alencar

Incentivos Fiscais no Planejamento

Walter Faria

Contabilidade: Ensino e Profissão

João Bosco Altoé

— janeiro a março n.º 33 (1972) 10,00

SUMÁRIO**Homenagem**

Senador Milton Campos

COLABORAÇÃO**Fontes do Direito em Suas Modalidades Fundamentais**

Senador Franco Montoro

As sociedades por quotas de responsabilidade limitada, no Direito Português e no Direito Brasileiro

Prof. Otto Gil

Atribuições do Ministério Público no Código de Processo Penal

Dr. Márcio Antônio Inacarato

Do Pagamento por Consignação nas Obrigações em Dinheiro

Desembargador Domingos Sávio Brandão Lima

O Adicional Insalubridade-Periculosidade e o Decreto-lei 389

Prof. Paulo Emílio Ribeiro de Vilhena

Direito do Trabalho e o Direito Penitenciário

Dra. Carmem Pinheiro de Carvalho

Moral, Direito, Profissão

Prof. Antônio Augusto de Mello Cançado

PESQUISA**O Senado do Império e a Abolição**

Walter Faria

DOCUMENTAÇÃO**Consolidação das Leis do Trabalho**

Caio Torres

PUBLICAÇÕES**Obras editadas pela Diretoria de Informação Legislativa**

Preço da assinatura anual, que corresponde a quatro números, Cr\$ 30,00 (trinta cruzeiros). Os pedidos de assinaturas e de números avulsos devem ser endereçados ao Serviço Gráfico do Senado Federal — Caixa Postal 1.503 — Brasília — DF, acompanhados de cheque bancário, visado, nominal e pagável na praça de Brasília.

Remeteremos números avulsos pelo Serviço de Reembolso Postal, acrescido do valor das despesas de remessa, de acordo com a tarifa postal.

ASSINATURAS DO**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL**

(SEÇÃO II)

OS PEDIDOS DEVEM SER ACOMPANHADOS DE CHEQUE VISADO, ORDEM DE PAGAMENTO OU VALE POSTAL, PAGÁVEIS EM BRASÍLIA, A FAVOR DO

SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Podêres

Caixa Postal 1.503

Brasília — DF.

PREÇOS DAS ASSINATURAS:**Via Superfície:**

Semestre .. Cr\$ 20,00

Ano Cr\$ 40,00

Via Aérea:

Semestre .. Cr\$ 40,00

Ano Cr\$ 80,00

Serviço Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 1.503
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 32 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 0,20